

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

VÂNIA MARA PEREIRA MACHADO

**HEGEMONIA E EDUCAÇÃO: A GUERRA DE POSIÇÃO DOS
INTELECTUAIS CATÓLICOS NA LUTA PELA RESTAURAÇÃO**

**CURITIBA
2006**

VÂNIA MARA PEREIRA MACHADO

**HEGEMONIA E EDUCAÇÃO: A GUERRA DE POSIÇÃO DOS
INTELECTUAIS CATÓLICOS NA LUTA PELA RESTAURAÇÃO**

Dissertação apresentada para defesa pública ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR, nível de Mestrado, Linha de Pesquisa de História e Políticas da Educação, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Peri Mesquida

**CURITIBA
2006**

Ficha catalográfica

VÂNIA MARA PEREIRA MACHADO

**HEGEMONIA E EDUCAÇÃO: A GUERRA DE POSIÇÃO DOS INTELLECTUAIS
CATÓLICOS NA LUTA PELA RESTAURAÇÃO**

Dissertação apresentada para defesa pública do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR, nível de Mestrado, Linha de Pesquisa de História e Políticas da Educação, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Peri Mesquida
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof^a. Elizabeth Blanck Miguel
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Clovis Pinto de Castro
Membro Externo

Curitiba, ____ de _____ de 2006.

Dedico esta pesquisa aos meus avós, Alfredo e Tomázia, com todo amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

- Ao Prof. Dr. Peri Mesquida, que me orientou na realização desta pesquisa com muita dedicação e compreensão.
- Aos meus pais e irmãos, pelo carinho e confiança.
- Aos meus amigos Benjamin Maia e Ezequiel Westphal, pelo apoio e incentivo.
- Às minhas amigas Inês Furtado, Nilcéia Aquino, Gisele D'Angelis, Rosane Ayres e a prima Liliane de Jesus pelo companheirismo e ajuda nos momentos difíceis.
- Às Instituições Consultadas, CPDOC-FGV, CAALL, Centro D. Vital, CBCISS, pelo atendimento e consideração, que tornou possível esta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa procura entender os intelectuais católicos como agentes educacionais da Igreja no período de 1915 à 1945, com a finalidade de realizar a restauração do aparelho eclesiástico católico. Para compreender o papel atribuído a eles pela Igreja, é necessário, antes, entender o que se quer dizer quando se usa o termo “intelectual”. Para tanto, utilizamos a categoria de Intelectual encontrada na obra de Antônio Gramsci. O contato com os “Cadernos do Cárcere” mostra que não é possível captar a categoria de intelectual sem colocá-la no contexto de outras três categorias pedagógicas, sócio-políticas e epistemológicas do pensador italiano: Hegemonia, Bloco Histórico e Guerra de Posição. Ao se analisar a visão que Gramsci tem dessas categorias, constata-se que as mesmas não somente permitiriam compreender a natureza, a função e o papel do intelectual, como alicerçariam teoricamente a pesquisa. Da mesma forma, seria impossível verificar, nos documentos da Igreja, qual o papel atribuído à educação, aos intelectuais e compreender as ações dos próceres eclesiásticos, sem se investigar o contexto político, econômico e cultural em que se deu o processo de restauração da Igreja e qual foi o papel atribuído à educação pela igreja católica neste processo.

Palavras-Chave: Educação; Hegemonia; Igreja Católica; Intelectuais; Restauração; Guerra de Posição.

ABSTRACT

This research search understanding the Catholic Intellectuals as educational agents of the Church in the period of 1915 to 1945, with the purpose of carry out the restoration of the catholic ecclesiastical apparatus. For it understand the paper attributed to the Intellectuals by the Church, is necessary, before, understand what will want to say when we use the term "intellectual". For so much, we make use of the concept of Intellectual found in the work of Antonio Gramsci. The contact with the "Notebooks of the prison" talk for us that is not possible grasp the concept of intellectual without put-him in the context of other three categories social, politics and epistemologiclas of the Italian thinker: Hegemony, Historical Block and War of Position. Upon we will analyze the proposal conceptual of Gramsci for those categories, we establish that the same only would not permit ourselves understand the nature, the function and the paper of the intellectual, as they would consolidate theoretically research. Similarly, it would be impossible verify, in the documents of the Church, which the role attributed to the intellectuals, and the actions of the ecclesiastical bishops, without we will investigate the cultural, economic, and political context in that gave the trial of restoration of the Church.

Key-words: Education; Hegemony; Intellectuals, Catholic church; Restoration; War of position.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAALL	- Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade
CBCISS	- Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio do Serviço Social
CPDOC	- Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
ICES	- Instituto Católico de Estudos Superiores
JUC	- Juventude Universitária Católica
LEC	- Liga Eleitoral Católica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ANTONIO GRAMSCI: DO CONCEITO DE HEGEMONIA AO PAPEL DOS INTELLECTUAIS NOS APARELHOS PRIVADOS DA SOCIEDADE CIVIL	14
2.1 HEGEMONIA.....	14
2.2 INTELLECTUAIS EM GRAMSCI.....	20
2.3 GUERRA DE POSIÇÃO	23
2.4 BLOCO HISTÓRICO	24
3 ESTADO E IGREJA: RELAÇÕES CONFLITUOSAS MEDIADAS PELA EDUCAÇÃO	28
3.1 A REAÇÃO DA ALTA HIERARQUIA ECLESIASTICA À SEPARAÇÃO	29
3.2 A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA.....	36
3.3 EDUCAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA IGREJA.....	38
3.4 DOM SEBASTIÃO LEME E A CARTA PASTORAL DE 1916: A EDUCAÇÃO COMO ARMA DE COMBATE.....	43
3.4.1 O grande mal e suas causas	45
3.4.2 Os intelectuais.....	48
4 A INTELLECTUALIDADE CATÓLICA À LUZ DO CONCEITO DE GUERRA DE POSIÇÃO DE ANTÔNIO GRAMSCI	54
4.1 GUERRA DE ASSÉDIO OU GUERRA DE POSIÇÃO NA LUTA DA IGREJA PELARESTAURAÇÃO	55
4.2 DOM LEME E OS INTELLECTUAIS CATÓLICOS	57
4.3 DOM LEME, A INTELLECTUALIDADE CATÓLICA E A TOMADA DE POSIÇÕES NA LUTA PELA RESTAURAÇÃO	61
4.4 ALCEU AMOROSO LIMA: UM INTELLECTUAL CATÓLICO NA TRINCHEIRA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE.....	64
4.5 STELLA DE FARO E ALCEU AMOROSO LIMA: A RESTAURAÇÃO CONCRETIZADA PELA EDUCAÇÃO?	70
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
FONTES DOCUMENTAIS	81

1 INTRODUÇÃO

O regime republicano, instaurado e consumado em 1889, trará mudanças substanciais no que diz respeito ao papel atribuído pela Igreja à educação.

O Decreto N.º 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que marcou legalmente a separação das duas instituições que, no Brasil, estavam historicamente unidas, a Igreja e o Estado, causou inicialmente um forte impacto na cúpula Episcopal da Igreja Católica, com a extinção do Padroado¹, dando liberdade de ação aos diversos cultos ou denominações religiosas.

A primeira reação dos Bispos, logo após a promulgação do Decreto, foi de surpresa e perplexidade: “Que será de ti, coitado e querido povo do Brazil, se além de tudo te roubam também a tua fé, e ficas sem Deus na família, sem Deus na Escola, sem Deus no governo e nas repartições públicas, sem Deus nos últimos momentos da vida e até na morte e na sepultura sem Deus! Será possível?” (Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro, 1890, p.6-7). No entanto, na segunda reunião realizada pelo Episcopado Brasileiro, no mesmo ano, o 1.º impacto já fora absorvido e os Bispos veriam a separação com alívio: “Estamos livres de um peso que nos abafava” (Alguns Pontos de Reforma, 1890).

A partir de então, tendo como base as Encíclicas *Quanta Cura*, do Papa Pio IX, e *Rerum Novarum*, de Leão XIII, a Igreja Católica no Brasil recrudescer sua dependência e sua união com a Santa Sé, em um processo denominado de “romanização”.

A primeira idéia dos Bispos foi de eliminar a presença de elementos tipicamente nacionais que, do seu ponto de vista, impediam a permanência e a difusão do pensamento católico, refletindo a pureza do evangelho. Adotaram, então, uma linha doutrinária e litúrgica essencialmente ortodoxa.

Mas as mudanças continuaram, com o projeto da nova Constituição de 1891, pois um dos seus artigos, aquele que tratava do ensino leigo nas escolas, não será bem visto pela Igreja Católica.

¹ É um conjunto de privilégios com certo ônus, concedido, no século XV, aos monarcas católicos para exercerem sua autoridade sobre as Igrejas, capelas, párocos, prelados etc., ou aos que deles os obtiveram a justo título.

A catequese, ação pedagógica de inculcação de uma determinada visão de mundo, fundada no tomismo – aristotélico² e nos dogmas da Igreja, passou a fazer parte de uma estratégia no sentido de recuperar a hegemonia abalada e de afirmar a independência do aparelho eclesiástico das estruturas do Estado. No começo do novo século, tiveram início campanhas missionárias de difusão dessa concepção de mundo. Essas campanhas ocorreram na seqüência de um processo importante de formação da opinião pública, por intermédio da fundação de escolas por ordens religiosas educadoras: Franciscanos, Jesuítas, Irmãos de Chamberry etc.

O trabalho dessas congregações e ordens religiosas católicas que se estabeleceram do Rio Grande do Sul ao Amazonas, após a proclamação da república, contribuiu de forma significativa para a difusão do catolicismo ortodoxo e para a recuperação da força hegemônica da Igreja.

Em 1916, um ano após a Pastoral Coletiva dos Arcebispos e Bispos, Dom Sebastião Leme, Bispo de Olinda, lançou uma Carta Pastoral que iria ser um documento importante para o movimento, no interior da Igreja, de recuperação da hegemonia política e de afirmação do aparelho eclesiástico como instituição “criada pelo próprio Jesus Cristo” para ser o veículo de salvação dos homens. Dom Leme fez **um apelo à intelectualidade católica**, procurando despertá-la da letargia que, do seu ponto de vista, a imobilizava.

Segundo Jorge Nagle, “o campo de luta se estendeu em duas frentes principais: em primeiro lugar, mostrou-se a necessidade de ministrar os ensinamentos religiosos aos fiéis, pela atuação da hierarquia católica; em segundo lugar, tratou-se de mostrar que a escola oficial ou particular não podia prescindir do ensino cristão” (2001, p. 141).

Acredita-se que os conceitos gramscianos de intelectual, hegemonia e guerra de posição ajudarão a perceber *qual foi o papel que a Igreja iria atribuir aos intelectuais, como agentes da educação, na qualidade de parte significativa de recuperação da hegemonia, no período de 1915-1945*, objeto desta investigação.

² Tomismo: Doutrina escolástica de São Tomás de Aquino adotada oficialmente pela Igreja Católica(séc.XIII),se caracteriza sobretudo,pela tentativa de conciliar o **aristotelismo** com o cristianismo,rompendo com todas as doutrinas que não se harmonizavam com os princípios da filosofia aristotélica (SANTOS, Th. Miranda.**Manual de Filosofia**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967).

Aristotélico: Influência de Aristóteles, filósofo grego, (384-322 a.c)que tinha como método da filosofia a lógica,isto é,as leis do pensamento racional que nos permite passar de uma idéia à outra,mediante as relações que as idéias mais gerais possuem com as menos gerais (SANTOS, Th.M. **Manual de Filosofia**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967).

Para Gramsci, intelectual é todo o homem, fora de sua profissão, que desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, seja para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1981, p. 7-8).

A hegemonia, para Gramsci, é quando um grupo dominante exercita sobre toda a sociedade a dominação direta, ou a direção se exprime no Estado e no governo jurídico (GRAMSCI, 1991, p. 11).

Gramsci conceitua a guerra de posição da seguinte forma: "A guerra de posição na política é o conceito de hegemonia, que pode nascer somente depois do advento de certas premissas, como: as grandes organizações populares de tipo moderno que representam as trincheiras, e as fortificações permanentes da guerra de posição" (GRAMSCI, 1975, p. 973). A guerra de posição se configura, assim, na tomada de posições políticas de direção ("hegemonia"), sem a necessidade de se fazer a "guerra de movimento", que é a luta armada.

Os três conceitos acima serão aprofundados no referencial teórico que fundamentará esta pesquisa, constituindo-se no primeiro capítulo da dissertação, cujo problema foi assim colocado: *Qual foi o papel atribuído aos intelectuais como agentes educacionais, pela Igreja Católica, no período de 1915 a 1945, no seu esforço de recuperar o domínio religioso e a força política abalados com a separação do Estado?*

Procurar responder essa pergunta de pesquisa científica se justifica pela presença marcante da Igreja Católica no processo de escolarização no Brasil e sua atuação no ensino dos diversos níveis. Justifica-se, também, pelo papel atribuído pela Igreja aos seus "intelectuais", como parte da estratégia adotada por essa instituição eclesiástica na busca da recuperação ("restauração") da hegemonia perdida (ou abalada) com a separação do Estado, pois a Igreja exerceu o monopólio da educação no Brasil, desde o período colonial, por meio do trabalho dos padres jesuítas, que deixaram sua marca na história da educação, reconhecida pelas suas práticas pedagógicas que se confundem com a própria história do Brasil (AZEVEDO, 1958).

Com a proclamação da República, a educação católica tomou um novo impulso: primeiro, pela chegada de ordens religiosas educadoras ao país, na segunda metade do século XIX e, segundo, a partir da Carta Pastoral de D. Leme

(1916), quando ele faz uma “chamada” (apelo) aos intelectuais para que eles se coloquem como agentes da Igreja no sentido de fazer com que o “catolicismo” seja aquilo que, para ele, sempre deveria ter sido: uma religião atuante, fermentadora da fé e influente no país (LEME, 1916). Nesse sentido, a educação a ser difundida pela Igreja não se limitou à educação escolar. Ela abrange toda ação pedagógica empreendida pela Instituição, eclesiástica, desde a catequese, passando pelas escolas paroquiais e chegando às instituições escolares propriamente ditas.

D. Leme, partindo da idéia de que o país tem uma concepção religiosa cristã, católica, por tradição, fez um chamamento à família brasileira no sentido de levá-la a perceber que o principal dever dos pais é educar os filhos. E, educar, para ele, seria formar a “vontade” nos moldes do bem e da virtude da maneira como eram vistos pela Igreja, pois somente a “religião pode formar o caráter da criança”, da qual depende o futuro da sociedade e da pátria (LEME, 1916).

Se a base da educação está na família cristã e a educação escolar é vista como uma continuidade da educação familiar, então para D. Sebastião Leme ela não poderia ser leiga. Assim, D. Leme propõe à comunidade católica que matricule seus filhos em escolas católicas, incentivando também a criação de Universidades da Igreja para oferecer uma educação católica à elite católica.

Sob a orientação de D. Leme, são criados, por Jackson de Figueiredo, a Revista *A Ordem* (1921), o Centro D.Vital³ (1922), que passam a ser porta-vozes orgânicos da igreja católica. O objetivo principal do Centro Dom Vital é formar lideranças intelectuais, essenciais para levar avante a romanização e o processo de “restauração” católica, tendo como instrumento privilegiado a prática pedagógica, formal e informal.

Para Jorge Nagle, com o aparecimento do Centro D. Vital e do seu órgão oficial, a revista *A Ordem*, a batalha pela escolarização se transformou na luta pela instrução religiosa e pela introdução do ensino religioso nas escolas oficiais. (NAGLE, 2001, p. 141).

A resposta de novos intelectuais católicos leigos ao chamamento de D. Leme, com forte atuação, representou uma garantia dentro dos planos de romanização e de restauração.

³ Foi designado por D. Pedro II, Imperador do Brasil, para ser bispo de Olinda, no dia 21 de maio de 1871, aos 26 anos. Foi protagonista na questão religiosa, sendo o primeiro bispo brasileiro obrigado a comparecer perante um tribunal.

Num período de grandes mudanças políticas e sociais no país, a igreja reafirmou sua participação no cenário nacional por meio das escolas católicas, valorizando a tradição cristã como elemento essencial à formação do caráter.

Aceitando todos os desafios, principalmente com o surgimento de novas idéias educacionais, como a Escola Nova, com a qual a intelectualidade católica recém “convertida” se defrontou, quando da sua participação nas mudanças educacionais na Constituição de 1934, a Igreja iria marcar, com a sua presença, pontos importantes na luta pela reconquista e reafirmação da hegemonia religiosa.

Pode-se dizer que é nesse contexto que surgem a LEC (Liga Eleitoral Católica), JUC (Juventude Universitária Católica) que, posteriormente, tiveram *grande influência na criação das Universidades Católicas*, um sonho de D. Sebastião Leme que ele não pode ver concretizado, pois faleceu em 1942 e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi fundada em 1946.

Finalmente, este trabalho utilizou o método histórico para analisar e interpretar a historiografia e os documentos pesquisados, em particular as Cartas Pastorais e a correspondência dos intelectuais católicos que tratam do tema, objeto desta pesquisa, verificando qual foi o papel atribuído pela Igreja Católica à educação por meio de seus intelectuais, no período de 1915 a 1945, no processo de romanização e na sua ação de restauração da hegemonia.

A correspondência de Alceu Amoroso Lima foi consultada no CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro; a correspondência de Gustavo Capanema, no CAAL, Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, em Petrópolis, Rio de Janeiro; a correspondência de Stella de Faro e dados sobre ela, no CBCISS, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio do Serviço Social, no Rio de Janeiro; a consulta à Revista A Ordem (1922-1945) foi efetuada no Arquivo do Centro Dom Vital, da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A rigor, a grande maioria dos documentos consultados não havia ainda sido objeto de pesquisa científica.

2 ANTONIO GRAMSCI: DO CONCEITO DE HEGEMONIA AO PAPEL DOS INTELLECTUAIS NOS APARELHOS PRIVADOS DA SOCIEDADE CIVIL

2.1 HEGEMONIA

Inicialmente, buscou-se a origem da palavra “hegemonia”, cujo conceito, a partir das idéias de Gramsci, passou a ser incorporado ao pensamento crítico-social e à educação.

Partindo da visão do materialismo histórico no qual a realidade é explicada tendo como fundamento o modo de produção, o conceito de hegemonia foi sendo utilizado pelos estudiosos das ciências sociais e humanas para explicar a maneira como as classes sociais, desde o modo de produção primitivo até o capitalismo, procuraram exercer o poder de domínio e direção.

Luciano Gruppi, na sua obra sobre o conceito de hegemonia em Gramsci, explica a origem etimológica da palavra e seu significado da seguinte maneira:

O termo hegemonia deriva do grego ‘eghestai’, que significa ‘conduzir, ser guia, ser líder’ ou também, do verbo ‘eghemoneuo’, que significa ‘ser guia, proceder, conduzir’, do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por ‘eghemonia’, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar-hegemônico, era o chefe militar, o guia e também o comando do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si (GRUPPI, 1978, p. 01).

Durante a Idade Média, a Igreja Católica exercia a hegemonia porque tinha o domínio das idéias religiosas, interferindo no poder jurídico-político, determinando a direção dos valores culturais por meio de ações hegemônicas de controle moral de toda a sociedade medieval. A Igreja havia criado uma massa de intelectuais que elaboraram a visão de mundo a ser difundida no seio da sociedade, uma visão de mundo favorável ao exercício do poder político pela classe social dominante, constituída pelos senhores feudais, a nobreza e a aristocracia. A rigor, a palavra hegemonia, desde sua origem até os dias atuais, não difere muito do seu entendimento inicial, significando direção e domínio, ou seja, direção no sentido de liderança e domínio, no de governabilidade.

Antônio Gramsci, na obra *Os intelectuais e a organização da cultura* (1991 p.11), afirma que a hegemonia ocorre quando um grupo dominante exercita sobre toda a sociedade a dominação direta, ou a direção se exprime no Estado e no governo jurídico.

Assim, a dominação direta está vinculada à cultura, aos valores sociais, às regras de comportamento, nos quais uma sociedade se baseou para manter sua unidade, gerando um consenso, ou seja, algo que não seja punitivo, mas disciplinador, sendo aceito por todo o grupo social. Nesse sentido, hegemonia nada tem a ver com coerção. No entanto, quando o grupo ou classe dominante não consegue criar o consentimento da sociedade pela dominação direta, agindo por meio dos “aparelhos privados da sociedade civil”, é usado o aparelho de Estado, ou “governo jurídico”. Portanto, o elemento hegemônico *força* passa a ser exercido pelas instituições político-jurídicas e também pelas instituições policiais-militares, tendo como objetivo reprimir todo aquele que não obedece às leis, ou não está de acordo com as idéias dominantes, sendo, então, passível de sofrer represálias e punições.

Conforme Gruppi (1978, p.5), a hegemonia, enquanto direção, é a capacidade de conquistar alianças, de fornecer uma base social ao Estado Proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a **hegemonia do proletariado** realiza-se na sociedade civil, enquanto a **ditadura do proletariado** é a forma estatal assumida pela hegemonia, instaurada a sociedade proletária. A hegemonia do proletariado ocorre quando os que detêm a força de trabalho tomam consciência da sua condição, acabam por se organizar politicamente com o apoio das instituições da sociedade civil, defendendo seus interesses, tornando-se assim dominantes. Já a ditadura do proletariado ocorre quando a classe que possui o poder econômico, ou seja, detém o capital, os meios de produção, tendo o apoio do Estado por meio das instituições político-jurídicas, interferindo em todos os aspectos da vida social, determinando a sua direção, perde o poder e esse passa para as mãos da classe subalterna.

Dessa maneira, o conceito de hegemonia é utilizado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e, inclusive, sobre o modo de conhecer, abrangendo a educação (GRUPPI, 1978, p.03).

Assim, quando a hegemonia se estabelece em uma formação social, quando ela não é só econômica e sua interferência aparece em toda a sociedade, significa que a maneira como a pessoa se relaciona com os valores morais e culturais de cada sociedade constrói uma unidade hegemônica, que perpassa todos, condicionando-os, desde as classes subalternas até as classes mais elevadas da pirâmide social, ou seja, a “verdade” passa a ser de todos. Portanto, “exercita a hegemonia o grupo ou classe social que leva a sociedade como um todo, ou os demais grupos sociais, a aceitar o seu modo de vida, de pensar e de agir” (GRAMSCI, 1975, p. 1726). Isso se faz de modo a exercer o mínimo de coerção e o máximo de persuasão. Em última instância, para Gramsci, **a hegemonia** de uma classe política significa que essa tenha conseguido persuadir as demais classes sociais a aceitarem seus valores morais, políticos e culturais.

Dessa maneira, Schlesener pode afirmar que a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre **coerção e consenso** ou a ampliação da **participação política e da organização da sociedade civil** (SCHLESENER, 1992, p.19). Nesse sentido, Gramsci afirma que:

o exercício normal da hegemonia no terreno tornado clássico do regime parlamentar é caracterizado pela combinação da força e da persuasão ou do consenso que se equilibram diferentemente sem que a força sobrepuje de muito o consenso da maioria, expresso nos assim chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações. (GRAMSCI, 1975, p. 1638).

Gramsci propõe uma divisão da sociedade em “sociedade civil e sociedade política”, para efeito didático. Dessa maneira, a sociedade civil é constituída de “aparelhos” ou “organismos” chamados “privados” e a sociedade política ou Estado, “que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade e aquela de ‘domínio direto’ ou de comando que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (1979, p. 10-11).

Dessa maneira, fazem parte da sociedade civil, “aparelhos” ou “organismos”, como a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação (na época de Gramsci, basicamente o jornal), a escola, entre outros; já a sociedade política, ou Estado, tem no seu interior organismos, como as forças

armadas, a força policial, os aparelhos jurídicos que executam a lei. No entanto, mesmo os “organismos” que se encontram no interior da sociedade civil podem estar a serviço da sociedade política, atuando como forças ideológicas, isto é, disseminando a concepção de mundo da classe dominante de forma a construir o consenso (GRAMSCI, 1975, p. 800-801 e 876).

Portanto, a escola, como aparelho privado da sociedade civil, faz parte desses “órgãos de opinião pública”. Mais adiante, nos “Quaderni”, Gramsci esclarece ainda mais o conceito de hegemonia com o qual está trabalhando. Assim escreve o intelectual sardo no “caderno” número 3 (1975, p.2010) “um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também com a força armada e é dirigente dos grupos afins ou aliado”.

Vai ainda mais adiante Gramsci, quando escreve no mesmo “caderno”

Um grupo social pode e com maior razão deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (e esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exercita o poder, e ainda que o tenha fortemente em mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser ainda ‘dirigente’(...) Neste sentido, a direção política torna-se um aspecto da função de domínio, na medida em que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à sua decapitação e ao seu aniquilamento por um período amiúde muito longo (GRAMSCI, 1975, p. 2010).

Segundo Hugues Portelli, in Gramsci, para que a hegemonia se estabeleça solidamente é preciso que a sociedade civil e a sociedade política sejam igualmente desenvolvidas e organicamente vinculadas: a classe dominante poderá, assim, utilizá-las alternativa e harmonicamente, para perpetuar sua dominação (GRAMSCI, 1977, p.37). No entanto, para que não se perpetue a dominação, as classes dominadas precisam utilizar as instituições da sociedade civil, que legitimam o poder do Estado, como a igreja, a escola, a família, os sindicatos e os meios de comunicação a seu favor, de maneira a não reproduzir a ideologia dominante, mas, sim, utilizá-los como mecanismos de transformação social, agindo contra a hegemonia do grupo dominante. Isso é possível quando a classe ou o grupo social que deseja ser hegemônico empreende uma “guerra de posição”, situando elementos capazes de difundir a sua visão de mundo no interior do bloco dominante, como se verá mais adiante.

Daí a importância que Gramsci atribui ao processo de ação da contra-hegemonia, utilizando os “órgãos formadores de opinião pública”, como a

escola. Afinal, para ele, “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” e pode-se completar o seu pensamento afirmando que toda relação pedagógica é uma relação de hegemonia, portanto, de ensino e de aprendizagem.

Nas formações sociais, a classe hegemônica determina as idéias dominantes, conforme dizia Marx “nas sociedades, as idéias dominantes são as idéias da classe dominante” (1991 p. 32). Se essas idéias forem conservadoras, as instituições pedagógicas tenderão a praticar uma pedagogia conservadora, veiculando uma educação também conservadora. Destarte, a classe ou grupo social que quer tomar o poder se apresenta como transformador e precisa de uma pedagogia transformadora. Os seus agentes, na guerra de posição, usarão, preferencialmente, a escola, entre outros “aparelhos da sociedade civil”, para difundir uma educação transformadora a serviço do grupo ou classe que quer ser hegemônico.

É no interior desse jogo de forças que entra em cena o intelectual, o qual reforçará a ideologia dominante, mascarando a realidade social, ou discutirá criticamente essa realidade, servindo de agente de transformação social, gerando com isso uma nova educação.

Gramsci acrescenta que a realização de um **aparato hegemônico**, isto é, de um “aparelho” de direção - pode-se dizer do aparato do Estado – “enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências, novos métodos de conhecimento, sendo assim um evento filosófico” (GRAMSCI, 1991 p.04), uma reforma intelectual e moral. Na escola, a educação irá, portanto, trabalhar a própria consciência do educando, visando a reformar seu pensamento e sua visão de mundo, inculcando um novo conhecimento. É a substituição do velho pelo novo, do velho saber, conservador, pelo novo saber, transformador: “é destruidor - criador quem destrói o velho para trazer à luz, fazer aflorar o novo que se tornou ‘necessário’ e urge implacavelmente situá-lo no limiar da história. Por isso se pode dizer que se destrói enquanto se cria” (GRAMSCI, 1975, p. 708).

A finalidade dessa ação é construir um novo “bloco histórico”, entendido por Gramsci como um sistema de classes sociais, de forças políticas e culturais e, ainda, como relação entre estrutura econômica e superestrutura ideológica. O bloco histórico será realizado por uma elite de intelectuais, pois “não há organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o

aspecto teórico do nexa teoria/prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração intelectual e filosófica” (GRAMSCI, 1975, p. 1386) junto “aos simples, estabelecendo um contato ‘sentimental’ e ideológico com eles, de simpatia e compreensão de suas necessidades e exigências” (GRAMSCI, 1975, p. 2197). É nessa relação/ação que uma “filosofia se torna histórica, depura-se dos elementos ‘intelectualísticos’ de natureza individual e se faz vida” (GRAMSCI, 1975, p. 1382). Essa ação é fundamental na tarefa de dar vida a um novo bloco histórico, pois ela tornará possível “introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção de mundo, terminando-se por introduzir também essa e a construção de um novo senso comum” (concepção de mundo, isto é, determina-se uma inteira reforma ‘filosófica’ (GRAMSCI, 1975, p. 1250).

Gramsci explica essa posição chamando o testemunho de Marx:

Um aceno ao senso comum e à firmeza de suas crenças encontra-se amiúde em Marx. Trata-se, porém, de referência não à validade do conteúdo de tais crenças, mas na verdade à sua firmeza formal e, portanto, à sua imperatividade quando produzem normas de conduta. Nessas referências está também explícita a afirmação da necessidade de novas crenças populares, isto é, de um novo senso comum e, pois, de uma nova cultura e de uma nova filosofia, as quais se enraízem na consciência popular com a mesma estabilidade e imperatividade das crenças populares (GRAMSCI, 1975, p. 1400).

No entanto, Gramsci está consciente que não é somente a escola que transmite valores, sejam tradicionais, sejam transformadores, pois:

na sucessão de gerações pode acontecer que se tenha uma geração anciã com idéias antiquadas e uma geração jovem com idéias infantis, isto é, que falte o anel histórico intermediário, a geração que tenha podido educar os jovens. Tudo isso, entenda-se, é relativo. Esse anel intermediário nunca chega a faltar de todo, mas pode ser muito débil ‘quantitativamente’ e, por consequência, estar materialmente na impossibilidade de realizar sua tarefa. Ainda mais: isso pode acontecer para um grupo social e não para um outro. Nos grupos subalternos, o fenômeno verifica-se mais freqüentemente e de modo mais grave pela dificuldade, ínsita no ser ‘subalterno’, de uma continuidade orgânica de setores intelectuais dirigentes e pelo fato de que, em virtude dos poucos elementos que possam existir à altura da época histórica, é difícil organizar aquilo que os americanos chamam de truste de cérebros (GRAMSCI, 1975, p. 1830).

O “escritório” de fabricação de cérebros funciona junto às classes subalternas de forma intermitente. Por isso, o reconhecimento de Gramsci de que a escola não é o único local de preparação e difusão de concepções de mundo. Mas,

ela é, necessariamente, um local privilegiado de construção e de circulação das visões sociais de mundo.

Portanto, dialeticamente, é a hegemonia que pode guiar à construção do **bloco histórico**, e a presença de um bloco histórico pode permitir o exercício consensual da hegemonia e vice-versa. Daí a sua visão da importância dos “cérebros” na elaboração das concepções de mundo, da concepção de mundo das classes subalternas e, ao mesmo tempo, a importância do exercício que se faz do próprio cérebro de forma a tomar consciência da realidade e fazer a sua própria história.

Afirma Gramsci que isso é:

elaborar a própria concepção do mundo consciente e criticamente e, portanto, em conexão com esse trabalho do próprio cérebro, de escolher a própria esfera de atividade, de participar ativamente na produção da história do mundo, de ser guia de si mesmo e de não mais aceitar passivamente do exterior a marca da própria personalidade (GRAMSCI, 1991, p. 4).

A ação pedagógica dos intelectuais se dirige no sentido de fazer com que os subalternos se apropriem da sua própria história enquanto indivíduos e seres coletivos.

Mas, o que são os “intelectuais” em Gramsci, e qual é o seu papel?

2.2 INTELECTUAIS EM GRAMSCI

Na obra *Os intelectuais e a organização da cultura*, Gramsci afirma que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1991, p. 7).

Qual é então a função dos intelectuais? Eles desempenham a função de transmitir os valores culturais, garantindo com isso o controle social. Mas, seria somente esse seu papel? Afinal, qual é o significado social da figura do intelectual? Essas questões se tornam ainda mais pertinentes quando percebemos que, para Gramsci, não existem não intelectuais:

Todo homem (...) desenvolve alguma forma de atividade intelectual, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto apurado, participa de uma concepção particular do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral. Contribui, portanto para sustentar uma concepção do mundo, ou para modificá-la, isto é, para dar existência a novas modalidades de pensamento (GRAMSCI, 1991, p. 08).

Se os intelectuais agem no sentido de dar “existência a novas modalidades de pensamento”, eles são formadores de opinião, mediadores entre uma classe social e a sociedade, ou entre uma classe social e ela mesma no sentido de lhe dar consistência e consciência de classe. Assim, eles elaboram concepções de mundo, concretizando as relações sociais de produção ou colocando-as em xeque pela construção de concepções de mundo contra hegemônicas. Portanto, eles podem agir, seja para manter o *status quo*, seja para transformar a realidade social, cultural e econômica. Por isso, para Gramsci, o processo histórico formou diversos tipos de intelectuais. No entanto, os que exercem funções de hegemonia são fundamentalmente os intelectuais orgânicos da classe subalterna e os intelectuais orgânicos da classe dominante. Nesse sentido, os intelectuais são sempre “funcionários” (GRAMSCI, 1991, p. 11), exercem funções a serviço de uma das duas classes fundamentais da sociedade e

cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1991, p. 3).

Conforme Horácio Gonzáles, **os intelectuais orgânicos** correspondem à função de dominação cultural, que procura atingir grupos sociais emergentes, forjados com o crescimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas (GONZÁLES, 1981, p. 93). Por isso, vale a pena citar, mais uma vez, Antônio Gramsci:

Se a relação entre intelectuais e o povo-nação, entre dirigentes e dirigidos é o resultado de uma participação orgânica na qual sentimentos e paixão se torna em compreensão, logo, em conhecimento (...). Então, e somente então, ocorre uma troca de elementos individuais entre líderes e liderados, governantes e governados, isto é, a concretização de uma vida em comum que, por si mesma é uma força social (GRAMSCI, 1975, p.1505).

Segundo Anita Helena Schlesener (1992), no âmbito das relações hegemônicas formam-se os **intelectuais orgânicos** (da burguesia ou do proletariado), que expressam, organizam, defendem os objetivos e interesses do grupo social ao qual estão vinculados.

Ainda, Schlesener pensa que na hegemonia como correlação de forças e na luta por novas relações hegemônicas, **a atuação dos intelectuais** torna-se imprescindível: para as classes dominantes, no sentido de criar as bases de sustentação e legitimação da ordem social instituída; para as classes dominadas, pela necessidade histórica de superar as divisões sociais, unir as forças populares emergentes e lutar por uma nova ordem social (SCHLESENER, 1992, p. 27).

É papel dos intelectuais orgânicos da classe dominante atuar no sentido de fazer com se concretize o consenso “espontâneo” de parte “das grandes massas da população à direção imprimida à vida social pelo grupo fundamental dominante, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, por conseguinte, da confiança) do grupo dominante em vista da sua posição e da sua função no mundo da produção” (GRAMSCI, 1975, p.1518).

Esse **consenso** se faz por meio do processo de ação sobre a cultura desenvolvida pelos intelectuais da classe dominante, no sentido de levar a classe subalterna a incorporar as idéias da classe dominante, como se as condições materiais fossem iguais para todos.

Para Luciano Gruppi, os intelectuais não constituem um grupo social autônomo; mas cada grupo social, afirmando uma função específica na produção econômica, cria para si intelectuais que se tornam os técnicos da produção, mas também emprestam à classe economicamente dominante a consciência de si mesma e de sua própria função, tanto no campo social quanto no campo político. Dão homogeneidade à classe dominante e à sua direção (GRUPPI, 1978, p. 80).

Destarte, para Gramsci, os intelectuais orgânicos das classes subalternas representam um papel central no processo revolucionário, se tiverem um comprometimento social com a transformação da realidade. Poderão, assim, não somente exercer influência sobre as mudanças revolucionárias, como ainda auxiliar as classes subalternas a difundirem sua concepção de mundo sobre o conjunto da sociedade.

2.3 GUERRA DE POSIÇÃO

Antônio Gramsci situa a “guerra de posição” no concerto dos conceitos de hegemonia e bloco histórico tal como ele os percebe no estágio em que se encontrava a sociedade capitalista no final da década de 1920 e início da década de 1930:

A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às trincheiras e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas parcial o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc. (GRAMSCI, 2002, v., 3, p. 24).

Isso significa que nas sociedades modernas capitalistas, com um Estado forte (e armado) e dirigidas por uma classe social com pretensões hegemônicas, a guerra de movimento não tem mais lugar. Daí Gramsci defender a “guerra de posição” como ação revolucionária. Assim, o sistema dominante poderia ser implodido.

Assim, as grandes forças legitimadoras da guerra de posição são as idéias em movimento, difundidas na forma de concepção de mundo pelos intelectuais de maneira a desencadear uma ofensiva contra os “donos do poder”, possibilitando a desagregação interna e a tomada de posições por parte daqueles que pretendem assumir o controle do Estado.

Dessa maneira, a guerra de posição se constitui em uma “estratégia política” para a consecução dos objetivos de quem quer assumir o poder político e conduzir o Estado.

Gramsci lança mão de uma terminologia militar em alguns momentos quando fala de “guerra de posição”. Por exemplo, nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci escreve: “A guerra de posição não é constituída apenas por trincheiras propriamente ditas, mas por todo o sistema organizativo que está por trás do exército alinhado” (2002, p. 72, v. 3).

Isso significa que a guerra de posição se dá fundamentalmente nas “trincheiras” inimigas, mas não se limita a elas. No entanto, é nas “trincheiras” que a

luta ideológica se desenrola, nos “limites das forças adversárias, penetrando ‘o sistema organizativo’ que é ‘defendido’ pelo exército alinhado”, como vimos acima.

Assim, a “guerra de posição” é um elemento de penetração sutil e enérgica em posições dominantes, de ataque e defesa, de polêmica e de apologética, de denúncia e de anúncio de uma nova sociedade, sustentada por uma nova política fundada em novas idéias e novas ações. Nessa luta estratégica o importante é a “difusão das idéias” (GRAMSCI, 2002, vol. 3, p.255). Essas irão, pouco a pouco, minando as trincheiras adversárias, tornando possível as tomadas definitiva das “posições” ocupadas pelo “inimigo”. Portanto, a “guerra de posição” não utiliza a arma da coerção, mas a estratégia da persuasão, a fim de estabelecer o consenso, isto é, o consentimento, a aceitação da presença de novas forças no controle da sociedade (política e civil). Por isso tudo, a “guerra de posição” é uma ação privilegiada exercida pelos intelectuais orgânicos da classe revolucionária.

Dessa maneira, a guerra de posição é o instrumento fundamental de quem quer implodir o “bloco histórico” em vigor, cimentar um novo bloco histórico e exercer a hegemonia.

2.4 BLOCO HISTÓRICO

Faz-se pertinente uma questão: que é bloco histórico? Segundo Hugues Portelli, “é a união entre estrutura e superestrutura” (PORTELLI, 1990, p.82-3), isso porque “o problema do bloco histórico é realmente o da natureza de vínculo orgânico que estabelece a relação entre estrutura e superestrutura, entre sociedade política e sociedade civil” (PORTELLI, 1990, p. 83).

Um bloco histórico é estabelecido quando a infraestrutura econômica reflete a superestrutura e vice-versa, isto é, quando há uma relação dialética entre estrutura econômica e idéias. O que assegura a unidade ideológica do bloco histórico é a ação política exercida no sentido de fazer a relação entre a filosofia “superior” e o senso comum, como diz Portelli. E essa ação é desenvolvida pelos intelectuais situados em posições-chave da sociedade civil e da sociedade política, constituindo a unidade ideológica do bloco histórico (PORTELLI, 1990, p. 25).

Dessa forma, cabe aos intelectuais a consolidação do bloco histórico para o exercício da hegemonia. Por isso, toda a classe ou grupo social que quiser ser hegemônico, “nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 1991, p. 3), como já afirmamos e reiteramos para confirmar a posição assumida neste texto. Dessa maneira, ao intelectual localizado em posição estratégica, cabe a função de elaborar uma concepção de mundo que assegure o nexo entre estrutura e superestrutura e, ao mesmo tempo, permita que as idéias da classe dominante sejam, na sociedade, as idéias dominantes, como escreve Marx e Engels (1991, p.33). Por isso, é o bloco “intelectual”, também chamado por Portelli de “bloco ideológico”, que desenvolve e dirige a hegemonia. Portanto, a camada de intelectuais constitui um dos “elementos essenciais do bloco histórico”, senão o principal elemento (PORTELLI, 1990, p. 66).

Por isso, a ação dos intelectuais orgânicos da classe subalterna pode pôr em xeque a hegemonia do grupo dominante e construir uma nova hegemonia, difundindo na sociedade uma concepção de mundo revolucionária, capaz de criar um novo senso comum: “assim, pode-se abrir espaço a situações perigosas” para a classe dominante e para o exercício da hegemonia de uma nova classe social (SCHLESENER, 1992, p. 23).

Portanto, para Gramsci, o maior sintoma da crise, ou seja, da dissolução de um bloco histórico, está no fato de que este bloco não conseguiu mais atrair para si os intelectuais, que são os protagonistas da sociedade civil: os intelectuais tradicionais fazem pregações morais, os novos constroem horizontes inatingíveis, isto é, uns e outros giram no vazio (GRAMSCI, 1975, p. 863).

Sendo os intelectuais os formadores de opinião, tendo como compromisso legítimo e criar mecanismos de controle social por meio das propostas político-ideológicas da classe hegemônica, necessariamente se suas idéias não tiverem fazendo efeito dentro da sociedade civil, o resultado será uma crise na estrutura social e política, abrindo possibilidades de controle para uma nova classe hegemônica.

Para Hugues Portelli, o problema da unidade do bloco histórico é realmente o da natureza do vínculo orgânico, que estabelece a relação entre

estrutura e superestrutura e, no seio dessa, entre sociedade civil e sociedade política (PORTELLI, 1990, p. 83).

Ainda conforme Hugues Portelli deve-se considerar o conceito de bloco histórico sobre um triplo aspecto: a relação entre estrutura e superestrutura, o ponto de partida de uma análise da maneira como um sistema de valores culturais impregna, socializa e integra um sistema social e como se desagrega a hegemonia da classe dirigente, edifica-se um novo sistema hegemônico e cria-se, pois, um novo bloco histórico (PORTELLI, 1990, p. 16). Para aquele pesquisador, Gramsci constata que a verdadeira relação entre filosofia “superior” e senso comum é garantida pela política, que assim assegura a unidade ideológica do bloco histórico (PORTELLI, 1990, p. 25).

Para o mesmo autor, a articulação do bloco histórico permite, pois, distinguir metodologicamente duas esferas complexas: a estrutura sócio-econômica e a superestrutura ideológica e política, cujo vínculo orgânico é assegurado por uma camada social diferenciada, **os intelectuais**. O papel essencial dessa camada aparece na análise dinâmica do bloco histórico, particularmente no exercício da hegemonia (PORTELLI, 1990, p. 59).

Há, portanto, uma relação direta entre os intelectuais e a manutenção ou a construção de um bloco histórico, seja por aqueles que agem no sentido de legitimar o exercício da hegemonia pela classe dominante/dirigente, seja por aqueles que atuam para implodir o bloco dominante e construir um novo.

Para Portelli (1977, p.95), a importância dos intelectuais tradicionais na massa dos intelectuais tende a reforçar o papel da superestrutura no seio do bloco histórico, mas em detrimento da organicidade de sua relação com a estrutura econômica; ela reduz o ritmo da evolução histórica, impedindo freqüentemente a superestrutura de seguir o desenvolvimento da estrutura, a ponto de, às vezes, detê-lo: a destruição do bloco histórico necessita, pois, da desagregação do bloco intelectual, armação flexível, mas muito resistente, do “bloco histórico”. O bloco intelectual - ou bloco ideológico - desenvolve e dirige o sistema hegemônico. A camada social dos intelectuais constitui, em função disso, um dos elementos essenciais do bloco histórico.

Portanto, sendo os intelectuais os legitimadores da classe hegemônica, cabe-lhes dar organicidade à concepção de mundo que cimenta o exercício do poder, mantém a hegemonia e solidifica o bloco histórico, esse visto

como a relação harmônica entre estrutura e superestrutura: “a estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, isto é, o conjunto complexo e contraditório” (GRAMSCI, 1991, p. 52).

Isso posto é necessário estabelecer de forma sintética as relações que existem entre hegemonia, intelectuais, bloco histórico, guerra de posição e educação.

Verificou-se de acordo com Gramsci, que os intelectuais são peças importantes na construção das concepções sociais de mundo, elaborando-as, seja para a classe social dominante, seja para a classe social subalterna, pois, “toda classe social que quiser ser dominante cria para si uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função”.(GRAMSCI, 1991, p. 3). O exercício da hegemonia por uma determinada classe social é possível quando essa classe consegue estabelecer o consenso na sociedade. O consentimento dado pela sociedade ao exercício do poder de uma classe social permite-lhe ser hegemônica e, ao mesmo tempo, formar um bloco histórico. A classe social que pretende solapar o poder dos dominantes, precisa (1991, p. 3) “criar para si uma camada de intelectuais que lhe dê homogeneidade”, diz Gramsci, como já se viu. E a ação dessa camada de intelectuais a serviço da classe que quer colocar em xeque o domínio e a direção da classe hegemônica, se faz, estrategicamente, por meio da “guerra de posição”, situando elementos em posições-chave dos aparelhos privados da sociedade civil e/ou da sociedade política. A presença desses intelectuais nesses aparelhos (aparatos) teria como objetivo “minar”, nas trincheiras “inimigas”, as defesas do “adversário” (a classe no poder), difundindo uma nova concepção de mundo capaz de realizar uma ação contra-hegemônica, com o objetivo de “destruir” o bloco histórico dominante e construir um novo bloco histórico. Na medida em que, para Gramsci, “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (1975, p. 1331), o aparelho de ação contra hegemônico por excelência, além dos partidos políticos, é o aparelho escolar por meio do seu veículo privilegiado, a educação.

3 ESTADO E IGREJA: RELAÇÕES CONFLITUOSAS MEDIADAS PELA EDUCAÇÃO

Com a separação entre Estado e Igreja, por meio do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, a Igreja se utilizará de um mecanismo de comunicação com seus fiéis, as chamadas Cartas Pastorais, que tinham como objetivo divulgar, ou seja, formar a mentalidade pela repetição da leitura oral, legitimando o seu valor religioso nas mensagens contidas nas cartas.

No que se refere especificamente à Carta Pastoral dos Bispos de 1890, ela nos remete à problemática maior da Igreja naquele momento histórico brasileiro, em que o sistema republicano havia sido instaurado no país, e com a proximidade da Constituição de 1891, que regulamentava a separação entre Estado e Igreja; *Alguns pontos de reforma da Igreja*, também de 1890, é um documento importante para reflexão da alta hierarquia católica; já a ***Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos do Brasil***, de 1915, é peça chave para se compreender o processo de restauração da Igreja, pois será o documento oficial dessa instituição eclesiástica até o Concílio Vaticano II, de 1962. A Carta de Dom Sebastião Leme surge como um meio de comunicação em caráter emergencial em que a Igreja teria que tomar alguma atitude diante dos fiéis. A Carta conclama a uma união dos católicos de todo o país, por uma luta diante dos acontecimentos que levaram a Igreja a perder o *status* de religião oficial, abrindo espaço para o protestantismo e outras correntes religiosas. Assim, é importante, antes de analisar e interpretar a Carta Pastoral de Dom Leme, resgatar os documentos acima citados, pois serviram de apoio e incentivo ao Arcebispo de Olinda: *Carta do Episcopado Brasileiro, de 1890; Alguns pontos para reflexão, de 1890; Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuyabá e Porto Alegre, de 1915.*

3.1 A REAÇÃO DA ALTA HIERARQUIA ECLESIASTICA À SEPARAÇÃO

A *Pastoral Coletiva* de 1890, redigida por Dom Macedo Costa, reflete um momento em que os bispos se sentem surpresos com o Decreto n.º 119-A, de 7 de janeiro daquele ano, e externam sua surpresa criticando a iniciativa do Governo Provisório de separar os dois poderes, o secular e o religioso, o Estado e a Igreja, há séculos unidos pelo regime do padroado. Dessa maneira, os prelados vão buscar em pensadores iluministas explicações para a atitude do governo republicano:

Egreja livre no Estado livre, disse-o há tempos o caviloso Cavour, echo de mais antigos novadores. Egreja separada do Estado, Estado separado da igreja: *Ecclesia a Statu, statusque ab Ecclesia sejungen lus est*, dizem hoje á bocca cheia, todos os corypheus do radicalismo moderno. (PASTORAL COLETIVA, 1890, p. 11 e 12)

A fórmula de Cavour, “Igreja livre em um Estado livre”, é vista com desprezo pelos Bispos, pois estabelece, na visão deles, uma ruptura entre a sociedade e a religião, entre o povo e a Igreja, criando um novo “modus vivendi” para os dois poderes:

Assim, não há de andar mais a Igreja conjuncta com o Estado”. Um ou outro poder exercerão acção separada e isolada, sem se quer se conhecerem mutuamente. Nada mais de união entre elles. Separação, separação! eis o que se proclama voz em grita, como uma das grandes conquistas intellectuaes da época! O mundo social nada tem que ver com a Religião. Tal é a formula theorica que se pretende hoje em dia reduzir á prática, e com que se dá como resolvido o momentoso problema das relações entre a Egreja e o Estado. (PASTORAL COLETIVA, 1890, p. 12).

No entanto, a surpresa parece que, pouco a pouco, vai dando lugar ao conformismo com uma situação irreversível. O documento, refletindo inicialmente a Encíclica *Quanta Cura* e o *Silabo*, do Papa Pio IX, que condenam as expressões modernas do pensamento humano, como o iluminismo, o liberalismo, o naturalismo, o positivismo, apresenta, na página seguinte, um conformismo com a situação irreversível em que se encontram as relações entre o Estado e a Igreja. Os bispos apresentam, afinal, uma idéia de qual seria daí em diante, em sua opinião “momentosa”, a missão reservada à Igreja de Cristo na terra e à tarefa do Estado. A esse cabe a manutenção da ordem e o direcionamento da sociedade na direção da

felicidade efêmera, porque temporal, mas importante. À Igreja cabe uma missão mais elevada, mais “importante”, “superior”, sobrenatural, transcendente:

O Estado tem por alvo um fim meramente natural que se realiza e completa aqui na terra, e elle attinge tal fim quando, promovendo a ordem, a paz, a prosperidade pública, consegue encaminhar os seus súbditos à posse da felicidade temporal.

A Igreja tem um alvo incomparavelmente mais levantado.

Ella olha para um objetivo superior, posto além dos limites de tempo, e que, por isso mesmo que transcende as forças da natureza humana, se chama sobrenatural: este objetivo é a felicidade eterna, cujo gozo se não pôde alcançar, senão mediante intervenção e auxílio da graça divina, cooperando com ella o livre alvedrio do homem (PASTORAL COLEIVA, 1890, p. 13).

Aqui, a separação não irá produzir, na conclamação dos bispos, efeitos “funestos”, pois a Igreja irá buscar nos sacerdotes e no povo, ao despertá-los pela ação pedagógica, para serem verdadeiros apóstolos de Cristo, isso porque a Igreja tem uma vitalidade capaz de resistir às maiores provações. Não, ela não precisa do apoio dos “príncipes”, pois tem um “viver próprio”, independente do poder civil, um viver que se apresenta pela magnificência do seu culto e pelas obras de caridade, incluindo a obra educativa. Por isso “em má hora e infelizmente para eles, os poderes públicos dela se desinteressaram. Dizem os bispos que “nós, afinal, por dignação da bondade divina somos chamados à honra de cooperar com Jesus Christo na sustentação de sua Igreja e adquirir com isso méritos pessoais: unamo-nos, pois, trabalhemos, dediquemo-nos, que o triumpho será completo” (PASTORAL COLETIVA, 1890, p. 78).

Apesar de a Igreja e o Estado atuarem com o mesmo público, os objetivos são distintos. Assim, os dois poderes, agora separados, cumprirão, cada um a seu modo, as tarefas específicas que lhes cabem, levando em consideração que um, o Estado, está no “século” e é histórico, passageiro, enquanto a Igreja, estando no mundo, não é do mundo, sua natureza transcende à do Estado, pois o seu nexos intrínseco é com a eternidade:

Os cidadãos que constituem a sociedade civil são, com efeito, identicamente os mesmos fiéis que fazem parte da sociedade religiosa, por outra, os membros do Estado são ao mesmo tempo os membros da Igreja. Aquelle os conduz á felicidade do tempo, esta á da eternidade. (Pastoral Coletva, 1890, p. 16).

Contudo, a “Egreja tem o segredo das grandes renovações sociaes” (Pastoral Coletiva,1890,p. 42), daquelas renovações que não são transitórias nem superficiais, pois se ligam à “metanoia”, à “revolução”, à mudança das estruturas sociais que somente ela pode levar a efeito. Mas, para tanto, é fundamental que os sacerdotes, acostumados à inércia de funcionários do Estado, passem a ser “comissários” de Cristo na obra de “restauração” da força social e religiosa católica. Um novo tempo está surgindo e exige um novo tipo de clérigo, atuante, dinâmico, comprometido com a missão da Igreja. Os bispos reagem, conclamando todos os católicos, mas em especial os sacerdotes e os próprios bispos à ação em defesa da Igreja:

Oh Sacerdotes! ó fieis Catholicos! que não nos succeda assim! É a hora de surgir do somno, (2) de espertar da inércia, de estimular brios, de agir, de agir com valor de concêrto, de combinar um grande e generoso esforço para defender, restaurar e fazer reflorescer a nossa Religião e salvar a nossa pátria (Pastoral Coletiva,1890, p.16).

Trata-se de um verdadeiro apelo que os bispos fazem a si mesmos, aos sacerdotes e ao povo católico. Querem os signatários da Pastoral Coletiva que todos se unam em torno do Sumo Pontífice, tenham seus olhos voltados para Roma (romanização)⁴ e sua mente no Evangelho de Cristo. Apela, portanto, para uma campanha nacional, que teria como instrumento preferencial a **ação pedagógica na escola e fora dela**. Seria, assim, uma campanha de prática educativa capaz de atingir a “alma” dos católicos, de forma a fazer com que eles despertassem da letargia e se mostrassem ao mundo como arautos da Igreja na construção de um “auspicioso porvir”:

Trabalhemus juctos,o Episcopado unido entre si e ao Summo Pontífice,vós todos unidos ao Episcopado na grande obra da restauração da nossa Religião,remédio efficacissimo dos males desta querida pátria.É desenganar que nem fórmãs de governo,nem leis,nem reformas administrativas,nem melhoramentos,materiaes,nem machinas de guerra,nem poderoso exercito a podem salvar²; só o Evangelho,passado para a alma do povo como regra dos costumes;só o Evangelho ensinado na família,na escola, e fortemente incutido á sociedade pela palavra vibrante do Apostolado christão,poderá salvar-nos e encaminhar-nos para auspicioso porvir (Pastoral Coletiva,1890,p. 68).

⁴ Foi um movimento universal de retorno à ortodoxia católica, no campo religioso, e de centralização da Igreja, campo político. Teve início com o Concílio Vaticano I e com Encíclica *Quanta Cura* do Papa Pio IX, em 1864. A Sé Romana passaria a ser o Centro de um duplo movimento: centrípeto, de atração, centrífugo ou difusão do dogma, das instruções, das orientações para os católicos de todo o mundo.

Esse chamado à ação de todos aqueles que foram batizados na Igreja poderia fazer com que o Corpo de Cristo se fizesse presente no mundo e fosse vencedor da luta contra a imoralidade e a corrupção, males que infectavam a sociedade civil e a sociedade política e impediam que o país seguisse o seu caminho na direção do futuro: “Trabalhae, repetimos, cada qual na medida de suas forças, pela defeza da Egreja, pelo seu triumpho na lucta que sustenta contra a immoralidade e a corrupção do século. Assim é que lhe mostrareis practicamente o vosso amor” (PASTORAL COLETIVA, 1890, p. 76).

Para tanto, o governo precisaria deixar a Igreja livre para agir. Queriam os bispos que o governo republicano não impedisse a Igreja de cumprir a sua missão. Por isso, seria fundamental que não houvesse impedimento legal para as vocações sacerdotais e para a abertura de seminários para a formação dos sacerdotes de que a Igreja necessitava (desde 1827 as ordens religiosas estavam impedidas de formarem noviços).

Ao mesmo tempo, os bispos se preocupavam com as propriedades que a instituição religiosa havia adquirido ou recebido na forma de doações ao longo dos séculos. Isso era importante para que a Igreja mantivesse seu estatuto de instituição autônoma. Se o Estado permitisse que a Igreja fosse “livre” e, ainda, mantivesse a possibilidade da presença de religiosos nas escolas, ministrando aulas e defendendo os princípios católicos, a Igreja estaria pronta a fazer um acordo com o governo, constituindo com ele uma parceria para a “reconstrução” da pátria:

Não ponha a República estorvos às nossas profissões religiosas e às vocações sacerdotaes, não condemne os Sacerdotes catholicos ao exercício das armas, violando a consciência d’elles e as leis da Egreja, que lhes prohibem taes exercícios, como incompatíveis com as funções sagradas e pacíficas de seu sagrado ministério; não nos prive da posse e administração de nossas propriedades, não estabeleça escolas sem Deus. É o que esperamos para que se evitem o funesto flagello das dissensões religiosas, a desunião profunda dos espíritos, nesta quadra melindrosa em que devemos todos, pelo contrário, reunir os nossos esforços, e trabalhar juntos, de perfeito accôrdo na reconstrucção de nossa pátria, na grande obra de seu porvir! (Pastoral Coletiva, 1890, p. 85).

Os autores que têm trabalhado esse período da história da República e da história da Igreja no Brasil acreditam que a separação do Estado deixou efetivamente os bispos frustrados, pois não esperavam que o governo republicano tomasse essa atitude. Segundo José Carlos S. Araújo, a

separação cavou-lhe sentimentos ora de inferioridade, ora de indiferença ou mesmo de desprezo. Sem o Estado, a Igreja hierárquica (o episcopado) desenvolveu, como fruto de reflexões mais ou menos periódicas, uma literatura de caráter coletivo, instrumental riquíssimo para detectar sua visão de mundo (1986, p. 19).

De inferioridade, porque com a separação ela perde o monopólio, o *status* de religião oficial e é colocada ao lado de outras correntes religiosas, outras denominações, sentindo-se os bispos desprestigiados diante do que, na sua visão, a Igreja representava para o Brasil; os bispos se ressentem de falta de unidade de nação, de poder religioso, de não estarem mais no comando da vida religiosa nacional, pois não têm mais o apoio político do Estado. Lançam mão, então, das cartas pastorais para tentar chegar ao povo e à sociedade política. Para Araújo (1986, p. 27), “as cartas pastorais constituem uma das modalidades discursivo-religiosas entre outras, tais como: avisos, circulares, sermões, memoriais e mensagens de teor diverso”, mas de um peso muito maior, pois representam a tomada de posição da Igreja por meio da palavra da sua alta hierarquia: “uma carta pastoral sempre tem um caráter e um conteúdo referente ao pastoreio dos fiéis, estando estes incluídos, via de regra, entre os seus destinatários” (Araújo, 1986, p. 27).

A rigor, a *Carta Pastoral* de 1890 não se destinava somente aos fiéis, pois foi, antes de mais nada, uma reflexão feita pelos bispos brasileiros para eles próprios, procurando se posicionar diante da nova realidade da Igreja e de suas relações com a sociedade política e com a sociedade civil, relações que poderiam ser conflituosas, ou não, dependendo da forma como eles iriam atuar daí em diante. Mas a Carta foi também um chamamento aos fiéis no sentido de fazê-los tomar consciência de que pertenciam a uma instituição que, mesmo estando neste mundo, não era deste mundo e que tinha como missão construir, aqui e agora, o Reino de Deus, uma construção que passava necessariamente pela ação educativa. E essa precisava de um corpo de intelectuais que assumisse a elaboração de uma visão de mundo para a Igreja e a divulgasse, como se verá no capítulo III desta dissertação.

Portanto, de acordo com os Bispos, o grande problema que a Igreja enfrentava não estava somente na perda das regalias que a sua união com o Estado lhe proporcionava, mas, sim, na falta de unidade do clero e na ruptura desse com as grandes massas de fiéis, posta às claras com a separação entre a Igreja e o Estado.

Dessa maneira, para a sobrevivência do aparelho eclesiástico sem o apoio do Estado era fundamental que a Igreja se reestruturasse, restabelecendo sua unidade interna, estabelecesse uma união orgânica com as massas populares e “despertasse” os intelectuais leigos “adormecidos” para que agissem como “comissários” da hierarquia católica na consecução dos objetivos.

A Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro, de 1890, como se viu, foi redigida por D. Antônio Macedo Costa, companheiro de cárcere de D. Vital, na questão religiosa. Ela não se restringia a lamentar a separação e, em especial, a liberdade de culto. Essa “afronta à Igreja Católica, religião de todo o povo brasileiro, a religião de toda a nossa nação, não pode ser desapossada do trono da honra que há três séculos ocupava, para ser posta na mesma esteira de qualquer seita adventícia” (CARTA PASTORAL, 1890).

D. Macedo Costa prepara a reação usando da “liberdade que nos reconhece o governo atual da República, liberdade que é o nosso direito inauferível, e armados de paciência... tomar alma nova, aspirar um novo espírito de caridade, espírito de zelo, espírito de sacrifício, e trabalhar na grande e dupla obra do reflorescimento de nossa Igreja e de nossa pátria”.

Ainda mais, para Costa, seguindo a tradição, a Igreja é a sociedade perfeita que recebeu de Jesus a tríplice investidura de poder sem o qual nenhuma sociedade civil, “convenientemente constituída, pode atingir o fim que lhe é próprio, o poder legislativo, o poder judiciário e o poder penal” (1890, p.15). Isto é, a Igreja ao lado do Estado é “o esteio moral das boas e sábias leis, o juízo do bom senso ao julgar e a única capaz de zelar pela ética nas relações entre a lei e o seu cumprimento” (1890, p.15). Um Estado distanciado da Igreja seria, na opinião dos Bispos católicos, um Estado incapaz de gerir a sociedade civil. Por isso, afirmam eles, por meio da pena de D. Macedo Costa, “exigimos a união entre os dois poderes” (PASTORAL COLETIVA, 1890, p. 19).

Na medida em que o Decreto concede ampla liberdade de culto, os Bispos vêem nesse ato que a Igreja foi afrontada neste ingrato proceder, afrontada pelo fato de ser a religião da maioria da população (somente 500.000 brasileiros em uma população de 12 milhões não seriam católicos, afirma a Pastoral Coletiva), afrontada na “sua doutrina”, a única verdadeira. “Onde está a verdadeira Igreja de Cristo, una na sua fé e na sua doutrina, Católica, Universal na sua extensão, estendendo a ação do seu apostolado a toda a terra? Onde está a única Igreja

Apostólica, Santa e Indefectível?” Agora colocada ao lado de “seitas heterodoxas e divergentes”, como a “Igreja de Lutero, a de Calvino, a de João Wesley”, a Igreja não pode “admitir semelhante enormidade” (PASTORAL COLETIVA, 1890, p. 34).

Para D. Macedo Costa, é fundamental que a Igreja se equipe e atue no sentido de voltar a exercer influência sobre o Estado e sobre a sociedade civil.

A ruptura entre o aparelho eclesiástico e a massa de fiéis aparece no discurso clerical como um distanciamento entre a profissão de fé católica do povo e a doutrina da Igreja.

O enfraquecimento do aparelho eclesiástico, durante o século XIX, tinha favorecido o desenvolvimento do catolicismo popular, cujos agentes de base – beatos, beatas, rezadores, “monges”, capelães, etc., - gozavam de grande prestígio, sobretudo entre as massas rurais. Para o episcopado e o clero, em especial devido à renovação decorrente do Concílio Vaticano I, esse catolicismo popular era uma negação prática do catolicismo romano e não uma forma popular de praticá-lo. Essa visão negativa do catolicismo popular fora ainda agravada pelos movimentos religiosos camponeses, cujos líderes se opunham às autoridades eclesiásticas. Para o clero, tais movimentos eram frutos de um fanatismo religioso condenável sob todos os aspectos e que deveria ser combatido por meio de um intenso esforço de doutrinação e de um processo de educação do povo. Assim, para os agentes pastorais católicos, combater o catolicismo luso-brasileiro era combater a ignorância religiosa responsável pelo enfraquecimento da Igreja.

A Pastoral conclama: “urge e urge sobretudo ensinar a doutrina cristã aos ignorantes. Pois está na consciência de todos que a ignorância religiosa tem invadido todas as camadas sociais, e é uma das principais causas dos males que pesam sobre a sociedade moderna” (CARTA PASTORAL, 1890, p. 41).

É, portanto, urgente combatê-la com todas as armas, em particular com a *arma da educação*, pois ao saber ler, o povo poderá ser mais bem doutrinado, em especial por meio dos panfletos polêmicos e/ou apologéticos que a Igreja pretendia fazer circular.

Ainda mais:

o espírito hostil à Igreja está entre nós fremente, áspero nas suas exigências, encamado em uma seita poderosa e dominante”, por isso, “vamos usar a liberdade que nos reconhece o governo atual da República, liberdade que é o nosso direito inauferível, e armados de paciência, tomar alma nova, aspirar forte um novo espírito e trabalhar corajosos na grande e

dupla obra de reflorescimento de nossa Igreja (CARTA PASTORAL, 1890, p. 42).

Portanto, uma atitude deveria ser tomada para erradicar o mal. Era fundamental que fosse cortado pela raiz, e essa ação exigia um combate sem tréguas, por meio da educação, à falta de preparo doutrinário do povo e à “perseguição” de que a Igreja vinha sendo alvo. Mas como alcançar o povo, as massas e, ao mesmo tempo, sensibilizar a sociedade política?

3.2 A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA

O segundo documento analisado passou a ser chamado *Pontos de reforma...*, foi redigido em 1890, contém somente vinte páginas, sistematizadas em nove capítulos. Diferente da *Pastoral Coletiva* é um documento pragmático que não entra em discussões teológicas e morais, geralmente presentes nos documentos católicos daquela época.

No primeiro capítulo, D. Macedo lembra que os Bispos, de acordo com a recomendação da Santa Sé, devem reunir-se periodicamente para tomar medidas a serem executadas uniformemente em todas as dioceses, no sentido de restaurar a disciplina do clero, sanar os males, reformar os abusos, dar todo o decoro e lustre ao culto de Deus, e deste modo fazermos reflorescer a fé, a piedade e os bons costumes entre os fiéis confiados ao nosso zelo pastoral (CARTA PASTORAL, 1890, p. 42).

Dessa maneira, a primeira atitude tomada foi à criação da Conferência Episcopal do Brasil, embrião da CNBB, criada por Dom Helder Câmara, em 1952, cujo principal objetivo seria dar uniformidade de ação ao episcopado e ao clero como um único corpo. Assim, “por esta estreitíssima e inviolável união, a ação de cada Bispo será muito forte e eficiente, e o corpo episcopal inexpugnável” (COSTA, 1982, p. 52).

No segundo capítulo, o documento exorta os bispos a atuarem em perfeita harmonia com o papa, entre si e com o clero. Devem, também, reforçar sua autoridade e seu controle sobre as atividades do clero, mantendo-se a par do que se passa nas paróquias por vários meios, em especial pelas visitas pastorais. A

segunda ação visa, portanto ao restabelecimento de um corpo hierárquico coeso, composto pelo papa, bispos e clero.

Importa para esta pesquisadora particularmente os capítulos III, VII e VIII, pelo fato de inserirem a educação escolar como uma das “armas” preferenciais para superar o estado de penúria da fé em que, segundo D. Macedo Costa, se encontra o povo católico brasileiro.

A maçonaria, instituição de origem iluminista, considerava a educação como instrumento importante para difundir idéias, princípios e valores, e atuava dentro da igreja, por meio das confrarias e irmandades, constituindo-se em uma “ecclesiae in ecclesia”. D. Macedo Costa, que já tivera uma experiência amarga com a maçonaria por ocasião da “questão religiosa”⁵ (1872-1875), acreditava que era preciso resolver de uma vez por todas a situação das irmandades e confrarias, expurgando-as de elementos maçônicos, ou, se isso não fosse possível, decretando sua extinção como entidades católicas, mas adverte: “*Devido à sua influência em nossa sociedade, é preciso proceder com a maior reflexão*” (ALGUNS PONTOS DE REFORMA, 1890, s/p, Capítulo VIII).

Na realidade, não era só a maçonaria que “incomodava” D. Macedo Costa, mas, também, o “positivismo, o anti-clericalismo, o liberalismo radical”, segundo a Encíclica *Quanta Cura*. A luta contra este último será substituída, após a década de 1920, pelo combate ao comunismo.

A presença no Brasil de imigrantes europeus que praticavam a fé católica também é objeto da preocupação de D. Macedo Costa que, de acordo com a Santa Sé, sugere

fundar nos núcleos coloniais existentes nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de Minas Gerais, uma casa religiosa central de missões (...) facilitando às congregações religiosas de mulheres a fundação de um internato e um externato para as filhas dos colonos (ALGUNS PONTOS DE REFORMA, 1890,s/p,capítulo VII).

⁵ Incidente ocorrido em 1872, quando o padre Oliveira Martins pronunciou um discurso na Loja Maçônica Grande Oriente da Rua do Lavradio, cujo Grão-Mestre era o Visconde do Rio Branco, chefe do gabinete de D. Pedro II. Dom Macedo reagiu, solicitando ao padre que renegasse sua “fé maçônica”, sob a ameaça de excomunhão. O Imperador tomou as dores do padre e condenou Dom Macedo e seu colega Dom Vital, a 4 anos de trabalhos forçados.

Esses internatos e as escolas a serem fundadas deveriam ser objeto do cuidado especial dos bispos e do clero, sendo que esse precisava dedicar-se “à catequese das crianças (...) visitar as escolas e exercer influência sobre os professores (...) de modo a que (as instituições fossem) totalmente católicas, sem a mistura do vírus maçônico” (ALGUNS PONTOS DE REFORMA, 1890, s/p, Capítulo III).

A fundação de escolas estava no centro da atividade de reestruturação da Igreja, segundo D. Macedo Costa:

Damos parabéns ao Santo Padre pelo resultado do seu zelo neste ponto importantíssimo, que vivamente exorta todos os prelados a desenvolver a respeito ação em maior escala, para assim evitar às famílias católicas a dura necessidade de, por falta de escolas e colégios para seus filhos, enviarem-nos a colégios protestantes (...) Devem ser trazidas da Europa congregações religiosas, masculinas e femininas, para fundar escolas e dirigir o ensino dos católicos (ALGUNS PONTOS DE REFORMA, 1890, s/p, capítulo VII).

Como se pode ver, o documento mostra como era vista a situação em que se encontrava a Igreja no Brasil logo após a Proclamação da República e quais os caminhos a seguir. Mostra, ainda, como se processava a romanização do Brasil, e o papel atribuído à educação escolar para alcançar o objetivo pretendido de voltar a exercer influência sobre o Estado por meio da “tríplice” ação da igreja no legislativo, no judiciário e no cumprimento das leis.

3.3 EDUCAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA IGREJA

É fundamental, no processo de romanização do catolicismo brasileiro, a presença maciça de religiosas e religiosos vindos da Europa. Nesse período, a Santa Sé enviou para o Brasil padres e freiras para se ocuparem das atividades pastorais e sociais. A marca desses religiosos é sua atuação no campo educacional. Lá onde chegavam, tratavam de fundar associações para organizar os fiéis católicos sob sua orientação, a fim de dar suporte à atividade educativa. A paróquia católica no Brasil, nesse período, constituía-se de um aglomerado de

organizações das quais a mais importante era a escola, para cuja criação e manutenção todas as associações deviam colaborar.

Antes de verificar qual o papel que a *Pastoral Coletiva dos Arcebispos e Bispos das Províncias Meridionais do Brasil* atribui ao aparelho escolar, procurar-se-á identificar os elementos teológicos e doutrinários que o fundamentam.

O tema central desta *Pastoral Coletiva* gira em torno do fato de que a missão central do clero católico é guardar em sua integridade a fé professada pela Igreja Católica Apostólica Romana, fora da qual é impossível alcançar a salvação eterna. É a alma que precisa da religião para salvar-se após a morte do corpo; é, portanto, dela que a Igreja deve se ocupar (a expressão utilizada pela *Pastoral Coletiva dos Arcebispos* para designar a atividade pastoral é esclarecedora: cura d'almas). A salvação eterna depende por um lado da misericórdia divina e por outro lado, do indivíduo. No entanto, em última instância, é o indivíduo o responsável pela sua condenação ou salvação; a Igreja lhe oferece os sacramentos e lhe ensina o caminho para alcançar a salvação, mas a responsabilidade final recai sobre cada pessoa individualmente.

Essa concepção católica da salvação, como um empreendimento individual, traz consigo uma concepção universalista e abstrata da pessoa humana: diante de Deus todos os homens são iguais e todos devem comportar-se de modo que Lhe seja agradável, para alcançar a salvação. Tal doutrina não é nova no universo católico, porém, é nova no catolicismo brasileiro. A novidade trazida pela romanização é de difundir essa doutrina de modo sistemático e eficaz por meio das associações, das diversas formas de pregação e, em especial, por meio da catequese escolar.

A doutrina da salvação individual traz consigo uma moral própria: a moral do dever de estado de cada um. Sobre isso, diz a *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos*, de 1915:

Um assunto esquecido... para o qual chamamos a atenção dos párocos, como meio de melhorar os costumes das famílias de seus paroquianos, é tratar minuciosamente e com clareza das obrigações inerentes ao estado de cada um (...) (n.1532,p.386). "Induzam os fiéis a amar o próprio estado e a condição em que nasceram e a não desprezar a vida modesta e trabalhosa em que a Providência os colocou (...) (n.1470,p.367).

O princípio moral do dever de estado (de cada um), presente na *Pastoral Coletiva* de 1915 é centrado nas relações interpessoais e nas condições em que as pessoas se encontram. Seu objeto não são as relações sociais que condicionam as pessoas, mas os relacionamentos entre pessoas diferentes: pais e filhos, governantes e governados, patrões e operários.

Sobre a relação com o Estado, a *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos* ensina que desde que o Estado respeite os direitos da Igreja, é dever dos católicos serem bons cidadãos:

Ensinem a todos o respeito devido aos poderes constituídos, como depositários que são da autoridade de Deus, pois que dele dimana todo o poder; inculquem o dever de obediência e submissão aos que governam, como representantes de Deus, tanto na sociedade civil, como na religiosa e doméstica. De modo que todos os católicos vendo no poder público certa imagem e aparência da majestade divina, o venerem e obedeçam fielmente, não levados pelo medo ou temor do castigo, mas em consciência, em todas as coisas que não se opõem claramente à eterna lei de Deus, à religião e aos direitos da Igreja. (n.1468,p.367).

A doutrina da salvação individual e a ética do dever de estado permaneceriam letra morta se não fossem incorporadas à prática católica. É, sobretudo pela ação dos agentes do aparelho eclesiástico que estão em contato com a massa dos fiéis, os padres, religiosos e religiosas, que aquela doutrina e aquela ética são incorporadas.

O quadro normal de atividade dos agentes religiosos romanizadores é a paróquia, porção do território de uma diocese confiado a um vigário, normalmente auxiliado por religiosos e religiosas. A paróquia é o quadro institucional no qual são ministrados os sacramentos, são congregados os leigos em associações, é realizado o culto e onde ocorre o ensino.

A escola, enquanto espaço de formação das consciências, é um problema de fé para o aparelho eclesiástico católico. Daí ser a escola centro de atenções do aparelho religioso da Igreja.

Pierre Furter, no prefácio do livro de P. Mesquida (1994, p. 11) sobre a educação protestante no Brasil, diz que a educação constitui um campo de lutas seculares. Na República Velha, trava-se no Brasil uma disputa entre o Estado, agora republicano, e a Igreja Católica em torno da questão da educação escolar – uma disputa político-teológica entre cavaleiros pouco tolerantes.

Pois bem, a *Pastoral Coletiva* de 1915, além de fornecer a fundamentação teológica, isto é, os princípios da Igreja que fundamentam a escola católica, traz, ainda, o regulamento geral do ensino católico, refletindo a consciência que os prelados católicos tinham da importância da escola como aparelho de formação de mentalidades e como instrumento de construção do imaginário.

É esclarecedor o que diz Jorge Carvalho do Nascimento sobre a questão educativa no início da República Velha:

A luta pela construção do imaginário se travava entre as três correntes que disputavam a definição do caráter do novo regime: o liberalismo a americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo. A cada um dos grupos era fundamental influenciar as visões de mundo em formação e também moldar os comportamentos, uma vez que o quadro da mudança social exigia dos que tinham a pretensão de liderar o Estado republicano a capacidade de redefinir coletivamente a identidade brasileira. Havia necessidade de se apoderar da imaginação do povo (MESQUIDA, 1994, p. 12).

Os arcebispos e bispos responsáveis pela redação e sistematização da *Pastoral Coletiva* de 1915, sabiam que essas tendências divergentes quanto à educação escolar se uniriam quando se tratasse de lutar contra o aparelho escolar católico e os princípios que o norteavam.

Assim, diz a *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos* que a missão da Igreja de ensinar não pode ser negada por nenhum poder humano, pois ela é parte da própria missão dada por Jesus Cristo (n.109,p.27). Por isso a Igreja sempre exerceu o “Divini magisteri” (n.110,27). Como os tempos atuais exigem que a formação das crianças e dos jovens seja dada na escola,

a Igreja católica, por sua instituição divina, tem o direito inalienável e inalienável, independente de todo o poder humano, não só de erigir, fundar e organizar escolas para formar e educar cristãmente a infância e a juventude, segundo os princípios e preceitos do Evangelho, mas também de exigir que, em quaisquer escolas, a formação e educação da juventude católica se sujeitem à sua jurisdição, e que, em nenhuma matéria ou disciplina, se ensine coisa alguma contrária à religião católica e à moral (p. 110).

Percebe-se que, para a *Pastoral Coletiva* de 1915, ao tocar na questão escolar não se trata somente de uma questão de elevação cultural, mas de um problema de fé. Por isso, uma educação secularizada da juventude é inaceitável para os pais católicos (n. 114, p. 28 e n. 116, p. 29).

Daí que, aos Bispos, cabe a direção do ensino da religião e da moral nas escolas em que haja alunos católicos e “se não puderem de modo nenhum alcançar que a doutrina católica se ensine nas escolas leigas, delas arredem os alunos pelos meios que puderem empregar, porque não há bem algum que se possa comparar com a fé e os bons costumes” (n. 135, p. 34), pregados pela Igreja Católica. Dessa maneira, no que se refere ao ensino da fé e da moral das crianças e dos jovens, a última palavra é da Igreja e não da família (p. 115, p. 28).

Por isso, a *Pastoral Coletiva* conclama os párocos à criação de escolas nas suas paróquias, pois,

na circunstância em que se acha a Igreja diante do ensino leigo, é de necessidade inadiável que, em todas as paróquias, haja escolas primárias católicas, a que chamam de escolas paroquiais, nas quais a mocidade nascente encontre o pasto espiritual da doutrina cristã e de outros conhecimentos úteis para a vida prática (n. 118, p. 29).

As escolas devem ser fundadas “custe o que custar” (n. 119, p. 29), pois, como disse o Papa Leão XIII, “cuidar da educação da mocidade é uma obra em que nunca se fará bastante” (n. 122, p. 30).

Quanto aos professores que atuarão nas escolas católicas, os mesmos deviam fazer uma profissão de fé, consubstanciada na fórmula seguinte:

Eu, N., firmemente creio e professo todos e cada um dos mistérios da Nossa Santa Religião e tudo o que Nossa Santa Madre Igreja nos propõe para crer. Detesto e condeno todos os erros condenados pela Santa Igreja Apostólica Romana. Assim Deus me ajude (n. 127, p. 32).

Para que os professores tivessem uma formação que se coadunasse com a fé católica, a *Pastoral Coletiva* de 1915 exigia urgência na criação de escolas para a formação de professores (n. 130, p. 32). E, ainda mais: os professores formados nessas escolas deviam se submeter a exames públicos para mostrar sua competência e assim conseguir lugar nas escolas leigas, a fim de que essas sejam regidas por princípios religiosos da Igreja (n. 132, p. 33). Percebe-se, portanto, uma clara preocupação não somente com a formação de professores católicos, mas também com a sua presença no aparelho escolar, a fim de exercer a influência almejada pela Igreja.

Se a *Pastoral Coletiva* se preocupava com a formação de professores imbuídos dos princípios da Igreja, ocupava-se, também, do próprio material didático, submetido a um exame de modo que se avaliasse a sua observância dos princípios da fé e da moral católicas (n. 138, p. 35).

É significativo que a *Pastoral Coletiva* de 1915 traga no Anexo XLVI, um Regulamento detalhado do ensino católico, com regimento, currículo, organização do ano letivo, manutenção da escola, forma de se constituir o conselho da escola e de pagamento dos professores etc., fato que a aproxima do *Ratio Studiorum*.

3.4 DOM SEBASTIÃO LEME E A CARTA PASTORAL DE 1916: A EDUCAÇÃO COMO ARMA DE COMBATE

D.Leme foi seguramente a maior liderança da Igreja Católica neste período, porque soube articular politicamente, dentro do processo de restauração da Igreja, a aproximação com o Estado, desenvolvendo uma ação sócio-política que privilegiava a prática educacional, vendo a Igreja como uma instituição nitidamente pedagógica.

Para Thomas C.Bruneau (1974, p.73), “D. Leme (Sebastião Leme de Silveira Cintra-1882-1942) fez mais do que qualquer outro clérigo, na primeira metade do século XX, para orientar e mobilizar a igreja no Brasil”. Bruneau acredita que D. Leme, como Arcebispo de Olinda e Recife (1916-1921), Coadjutor no Rio de Janeiro (1921-1930) e Cardeal Arcebispo no Rio de Janeiro (1921-1942), foi a figura decisiva ao determinar a direção que a Igreja deveria seguir na busca da hegemonia abalada pela separação do Estado.

Inicialmente, na sua *Carta Pastoral*, D. Leme diz que o Brasil é um país sem rancores, sem ódio, sem guerras religiosas. Por isso, não se pode compará-lo com outras nações, já que no Brasil a grande maioria da população se diz católica. Portanto, há unidade e se existe unidade religiosa não podem haver problemas religiosos. A despeito disso, D. Leme deixa claro na sua *Carta Pastoral* que subsistem algumas preocupações com relação aos seus fiéis diante da fé e da expressão da fé católica.

Sua primeira e grande preocupação é que, apesar de no país os católicos constituírem a grande maioria da população, trata-se, para ele, de uma maioria inativa, que possui o vínculo católico, herança da formação da nação desde o período colonial, mas é uma maioria que se encontra adormecida, sem movimento, sem participação efetiva. Por isso, o Arcebispo de Olinda e Recife conclama os fiéis a fazer, cada um, a sua parte para que esta maioria nominal venha a se transformar em uma maioria real, dinâmica e eficiente na expressão da fé. Acredita que a instrução religiosa e a “acção catholica” são os pontos essenciais em torno dos quais o apostolado sacerdotal deve trabalhar incisivamente para resgatar a instituição católica do marasmo em que se encontra, fazendo dela uma instituição capaz de marcar sua presença tanto no âmbito da sociedade civil como no da sociedade política (LEME, 1916, p. 12).

No entanto, para compreender aquele documento na sua importância religiosa e no seu significado político, no qual D. Leme faz uma reflexão sobre a sua visão da situação da Igreja e de seus fiéis, é fundamental situar a *Carta Pastoral* dentro do contexto histórico no qual ela foi escrita. Em primeiro lugar, ela vem ancorada nas Cartas Episcopais anteriores e, em especial, na *Pastoral Coletiva de Senhores Bispos e Arcebispos*, de 1915, que resumia de forma sistematizada as demais pastorais de 1890, 1905 e 1911. Esta *Pastoral Coletiva* será o documento oficial da Igreja Católica no Brasil até o Concílio Vaticano II, apontando a direção que a Igreja deveria seguir e apresentando a ação educativa como ação estratégica na recuperação da hegemonia. É claro que os protestantes também procuravam ocupar o terreno e realizaram um grande Congresso no Panamá, em 1916, o qual iria apontar os rumos do protestantismo missionário de origem norte-americana no Brasil e na América Latina (MESQUIDA, 1994).

Portanto, a Carta de D. Leme reflete não somente a crise de hegemonia social e política pela qual a Igreja estava passando, explicitando, com isso, sua condição como instituição religiosa diante da nação brasileira, como também representa uma reação à presença protestante que tinha como arma de combate privilegiada a educação. É claro que, diante disso, D. Leme percebe que o grande problema da Igreja católica se situa não na falta de religiosidade do povo católico, mas na ignorância que esse povo tinha da fé católica e sua expressão “para o mundo e no mundo”.

Então, o que é que D. Leme propõe para resolver o problema da ignorância religiosa? *A educação na forma de instrução e de instrução religiosa, isto é, a educação formal e não formal, escolar e informal*, por meio da catequese nas paróquias e com a educação religiosa nas escolas públicas.

Para D. Leme, a própria existência de problemas sociais está na ignorância religiosa. Portanto, essa situação precisa urgentemente ser alterada, por meio da educação do povo (Afirmção recorrente na Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, 1916, p. 89).

3.4.1 O grande mal e suas causas

Se o “grande mal” de que padece a igreja é a ignorância do povo católico, isso não se deve à natureza do povo. Não se trata de uma doença, mas de um sintoma. Portanto, deve e pode ser tratado. Para D. Leme, o povo não é o culpado de ser ignorante, pois “por índole, por educação e até por patriotismo, o nosso povo é, e não pode deixar de ser, proselyto do catholicismo” (LEME, 1916, p. 14). É, portanto católico, mas desconhece a forma correta de expressar a sua fé.

Quando o arcebispo de Olinda e Recife utiliza a expressão “por índole”, refere-se à formação moral do povo brasileiro, baseada na ética cristã católica da qual ele não pode fugir, pois está na raiz da sua formação desde a Colônia, seja pela influência portuguesa, seja pela influência espanhola; quando D. Leme fala em educação, está se reportando não somente ao período colonial, mas também à época do Império, quando a Igreja Católica tinha o monopólio da ação pedagógica, educação que fora trazida pelos padres jesuítas e que marcou, de maneira indelével, a formação educativa no país; no que diz respeito ao patriotismo, está, saudoso, referindo-se à união das duas instituições que constituíam uma simbiose praticamente perfeita: o Estado e a Igreja, unindo o poder secular, político, e o poder sacramental, religioso, que, acreditava o Arcebispo, jamais poderiam estar separados em um país de maioria católica.

Se os dois poderes se mantivessem unidos, isso se traduziria em um povo de elevado espírito de amor à pátria e capaz de cultivar as tradições católicas enraizadas no solo pátrio (“patriotismo”).

Para D. Leme, o “povo brasileiro professa a religião católica” (1916, p. 15) e a segue, mas “não na sua essência”. A religião católica faz parte do próprio “organismo social”. Por isso, diz D. Leme, “somos um paiz essencialmente catholico”, mas constituído de uma maioria ineficiente no que diz respeito à sua influência sobre “os destinos sociaes da nação” (1916, p. 16). Não somente “sociais”, mas também políticos, pois não eram os católicos a maioria no parlamento e não era católico em termos de “eficácia” (termo muito usado por D. Leme), o presidente do país, aliás, na época, um militar positivista (Hermes de Fonseca).

Na realidade, tratava-se de católicos “de nome, por tradição e por hábito”, mas não de “práticas cristãs” e no que diz respeito aos “deveres sociais”. (LEME, 1916, p. 16-17). Se os católicos são a maioria, acreditava D. Leme que eles tinham “direitos com relação à sociedade civil e política”, direitos que devem ser “reclamados, fazerem-se acatados”, mas, infelizmente, direitos não reclamados nem vivenciados. Os católicos não conseguiram exercer influência sobre a elaboração da Constituição e das Leis que regem o país, por isso “catholicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida politica. Não é catholica a lei que nos rege”. (LEME, 1916, p. 17). Nem mesmo o ensino é católico, pois leigas são as escolas: “Leigas são as nossas escolas, leigo, o ensino” (Ibidem, p.17). A separação da Igreja do Estado, havia tornado o ensino leigo e não permitia nem mesmo a instrução religiosa nas escolas públicas. Até as forças armadas não refletiam o catolicismo, pois “na força armada da República não se cuida da religião.” Conclui D. Leme: “na engrenagem do Brasil official não vemos uma só manifestação de vida catholica. O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública” (1916, p. 17), da literatura, da indústria e do comércio, passando pelos órgãos de comunicação, como os jornais (LEME, 1916, p. 17).

Enfim, D. Leme deixa claro a sua preocupação diante da separação dos dois poderes, secular e religioso, em que as escolas perderam a referência religiosa católica no bojo de uma concepção republicana que abrisse as portas para novas idéias religiosas, no caso o protestantismo e o espiritismo. Deixa claro D. Leme, portanto, que apesar de serem os católicos a maioria absoluta do Brasil como nação, não têm e não vivem vida católica de influência sobre a sociedade civil organizada. Isso quer dizer que os católicos não praticam com eficiência a religião católica, não desenvolvem a obra política cristã, ou seja, não participam efetivamente de uma ação católica na sociedade, vivem “na clausura” monástica de

uma vida que não se abre para a realidade do mundo, sem qualquer participação social e política abrangente e “eficiente”: “somos uma maioria ineficiente” (LEME, 1916, p. 18). Esse é o grande mal: “grande mal, não há dúvida, porque importa no menosprezo inadmissível dos nossos deveres para com Deus, a sociedade e a pátria, deveres religiosos e sociaes” (LEME, 1916, p. 18). Isso significa que somos uma maioria sem força atuante, pois não age no sentido de se fazer presente nas decisões que implicam em direcionar os rumos da nação, de modo a fazer com que a ação no presente faça do país uma nação verdadeiramente católica no futuro. No entanto, para direcionar os rumos da nação, é preciso ter conhecimento, consciência da realidade, de modo a fazer com que a sua fé seja uma fé atuante. Para isso, a educação é fundamental. Dessa maneira, Antônio Carlos Villaça, afirma que D. Leme combate o ensino leigo e pede o ensino dirigido pela igreja, o ensino religioso. “Não como um privilégio nem como uma concessão, mas apenas como uma obra de justiça” (VILLAÇA, 1975, p. 85). Essa justiça à qual se refere diz respeito ao catolicismo, que está na formação e na identidade religiosa dos brasileiros, presente, pois, desde o início da constituição do povo como nação, legitimado na linguagem, nas festas populares, nas imagens, portanto na tradição religiosa. Para D. Leme, trata-se de uma tradição histórica (LEME, 1916, p. 14).

Para que a Igreja tenha força e se faça presente, influenciando nos destinos da pátria, é fundamental que o povo católico ultrapasse a barreira da ignorância. E a Igreja deve contribuir para isso, fundando escolas e agindo no sentido de se fazer presente nos locais onde as decisões são tomadas. Por isso, D. Leme insiste na idéia da participação, declarando que:

Si de fato não somos uma força determinante no regimen público do Brasil, é porque não temos a compreensão nítida dos nossos deveres sociaes, não cultivamos hábitos de propaganda, não recebemos tradições de disciplina. Em uma palavra, falta-nos desenvolver aquella acção que, por interessar de perto a igreja e a sociedade, muito bem é chamada acção social catholica (1916, p. 21).

A ação social católica, na maneira de ver de D. Leme, é uma ação nitidamente política, que inclui a “propaganda”, isto é, o anúncio pela Igreja de sua presença no solo pátrio como instituição profética a serviço do Reino de Deus, fazendo com que a igreja se faça Palavra aqui e agora – Palavra Revelada. Isso somente será possível se o povo católico deixar a “clausura” e ser fizer presente,

exercendo influência sobre as instituições ou aparelhos privados da sociedade civil e sobre a ação dos governantes, sobre, enfim, o conjunto da sociedade: “Diante da constituição, diante do governo, da imprensa, da literatura, das academias e das escolas, do commercio e da indústria, diante de todos os expoentes da nação” (LEME, 1916, p. 21), os católicos precisam deixar de estar ausentes. A presença se faz pela consciência conhecedora da realidade, formada pela *educação*. Assim, quando D. Leme se refere à ignorância religiosa, estende sua preocupação a todas as camadas da sociedade, a todos os lugares em que os homens estiverem exercendo sua presença, sejam os homens “cultos”, sejam as pessoas das camadas populares, pois ambos trazem consigo uma ignorância da religião, ou seja, não estão ligados institucionalmente à Igreja e à sua obra de recuperação da hegemonia.

3.4.2 Os intelectuais

Quando D. Leme se refere aos intelectuais católicos, insiste na idéia de que os mesmo não têm “instrução religiosa”. Quando o Arcebispo diz “todos”, refere-se ao conjunto dos intelectuais católicos, insistindo que todos os intelectuais se encontram em total ignorância religiosa, não pelo fato de não saberem o que é a religião, mas por não possuírem vínculo institucional com a Igreja Católica. Ele assim os classifica: (LEME, 1916,33)

a) Os literatos de sentimentos cristãos.

Segundo D. Leme, estes intelectuais têm, na sua formação familiar, a base cristã e católica, mas não dão tanta importância à fé e têm um sentimento bastante vago da questão religiosa. D. Leme insiste na ignorância religiosa de que estão possuídos, traduzida nas suas obras, as quais, para ele, estão repletas de inverdades, de erros e possuem o mais completo desprezo pelos dogmas, pela história e pela liturgia católicas.

b) Os literatos anti-christãos.

Segundo D. Leme, esses literatos “deformam as nossas crenças, truncam os nossos Evangelhos, rasgam a nossa história, disvirtuam a nossa moral,

ignoram a religião catholica” (1916, p.36). Portanto, os literatos anti-cristãos não respeitam o catolicismo, não têm preocupação com a moral e duvidam da infalibilidade do Papa. Mas nem sempre são movidos pela má fé. Trata-se de ignorância da religião.

c) Os Intellectuaes indifferentes.

É significativo que D. Leme não use aqui o termo “literato”, mas lança mão da expressão “intelectual”. O arcebispo afirma que “de todos em geral, podemos dizer que não conhecem a nossa doutrina. Estudam, é verdade, mas em seus estudos prescindem a religião, abstraem da sua moral, não cogitam da sua elevação e belleza”. A igreja para eles está ausente. Não somente eles se ausentam da igreja como a própria igreja é rechaçada por eles. São aqueles que tratam das “ciências” e, por isso, podem ser autosuficientes: “Scientistas, philosophos, historiadores, jurisconsultos e sociólogos, todos ignoram a religião” (1916, p.38) Fazem-se, assim, alheios aos ditames da igreja.

Para D. Leme, os intelectuais indiferentes são homens de estudo, mas não conhecem a religião, “têm olhos e não vêem”, como dizem as Escrituras. Têm o conhecimento das coisas materiais, mas desconhecem aquelas que se encontram no campo do espírito. Não têm fé cristã. São incrédulos: “Elles não conhecem aquillo que ensinamos e cremos. Não comprehendem as nossas fórmulas. Não sabem quaes os motivos da nossa fé. Falta-lhes instrucção philosophica, falta-lhes instrucção religiosa” (1916, p.41), no sentido como D. Leme compreende a instrução. É claro que são conhecedores da filosofia, mas não seguem a escolástica e fazem pouco caso de Tomás de Aquino. Há, também, uma certa idolatria da ciência. “A sciencia: a sciencia - inimiga da religião- não cumpriu a promessa de tudo explicar. Ella abriu fallencia” (1916, p. 23).

A ciência representava uma ameaça para a Igreja porque trazia mudanças de mentalidade, que poderiam representar uma nova concepção de religião, uma nova visão de mundo. Por isso D. Leme trata os cientistas como inimigos perversos. A relação com a ciência é sempre conflitante, e mais explícita ainda nos momentos de crise.

Os positivistas brasileiros são alvos perfeitos: “como pretendem estudar coisas de religião, si não querem que a intelligencia desate o vôo para além

da matéria?! O princípio e o fim das causas, Deus e o além, são problemas de que não se pode prescindir na philosophia das religiões. Ignorá-los, equivale a trancar a porta aos conhecimentos religiosos” (1916, p. 48).

Além da questão da ciência, o positivismo naquele momento representa também uma ameaça, porque traz no interior da sua visão de mundo, a “religião da humanidade”, considerada uma afronta ao país, visto como de maioria católica. No entanto, nem todos os intelectuais estão na “barca” do positivismo, do naturalismo, da literatura sem religião:

No meio intellectual do Brasil mercê de Deus, florescem catholicos sinceros. Mesmo que lhes faltem conhecimentos religiosos, existem muitos que representam a Igreja, defendem os direitos e os princípios da fé, mas esta idéia precisa ser fortalecida pelo laicato católico. São intelligencias cultas, eruditos professores, apreciados literatos, homens da sciencia, escriptores de nomeada e publicistas de nota (DOM LEME, 1916, p. 23).

Os intelectuais católicos, como força política, como liderança católica, terão que ser elementos multiplicadores do catolicismo, defensores da Igreja, “ramificadores” dos valores cristãos, deverão ter vez e voz junto ao Estado, legitimando os interesses da Igreja Católica e fazendo-os repercutir por toda a sociedade brasileira. No entanto,

Afóra esse punhado de intellectuaes da capital Federal e outros poucos, de não menos competência, que luzem nos Estados, manda a sinceridade confessarmos que aos nossos irmãos falta a instrucção religiosa necessária para enfrentarem com vantagem as investidas da incredulidade (LEME, 1961, p. 50).

A incredulidade à qual D. Leme se refere tem a ver com a ignorância religiosa de outros tipos de intelectuais, que são contrários ao pensamento cristão e católico, ou seja, caberia aos intelectuais católicos mobilizarem-se e lutar contra essa ignorância religiosa, defendendo o cristianismo e a Igreja Católica, pois “Homens cultos, a muitos dos nossos não lhes escasseiam conhecimentos profundos no campo das Sciencias e das Letras. Conhecimentos religiosos, precisos, claros, fundamentados, em geral, não os têm. E é um mal” (LEME, 1916, p. 51).

Trata-se de um problema que é preciso atacar com a máxima urgência, pois da sua solução depende a retomada da hegemonia política e religiosa

da Igreja. Dom Sebastião Leme estava convicto de que sem uma “camada de intelectuais” que desse homogeneidade ao discurso e às ações católicas, a Igreja não poderia restaurar sua força e não teria condições de cumprir sua missão.

Afinal, a ignorância se combate com o saber e a ignorância religiosa com a prática de uma educação capaz de moldar as consciências, pois a ignorância religiosa permite a presença de “crendices” e “superstições” na alma do povo, impedindo que ele se torne verdadeiramente católico: “o povo rude e pobre é vítima da mais lamentável ignorância religiosa (LEME, 1916, p. 54) e está à mercê de práticas que exploram a “religiosidade popular” (LEME, 1916, p. 57). Diante disso, D. Leme acredita que o papel da Igreja é oferecer à população condições para ter acesso à educação, formal, na escola, e informal, na Igreja, pelo catecismo, afirmando que “a geração actual não tem leitura e não entende a pregação, por isso, é necessário que haja educação no lar e na escola pelo catecismo” (1916, p. 70). A pregação, a leitura, o lar, a escola e o catecismo são mecanismos dos quais a Igreja irá se apropriar para restaurar os valores cristãos e fortalecer a sua preponderância religiosa. Para D. Leme, o grande veículo de instrução religiosa seria **a pregação**, mas ele a considera ineficiente. Diz que se prega muito, mas pouco se ensina, considerando que o púlpito é a única escola pública de instrução religiosa, mas essa não pode limitar-se à pregação dominical, ou seja, D. Leme a considera importante porque, necessariamente, quanto mais contato com os fiéis, maior seria a aproximação deles com a Igreja fortalecendo com isso os valores cristãos. No entanto, a pregação é missão dos padres. Esses, contudo, estão enfraquecidos, fragilizados, muitos sem a formação necessária requerida para o ofício. Daí que a pregação deve dar lugar, como prioridade, à ação pedagógica nas escolas públicas, nas instituições escolares da Igreja e nas paróquias por meio da catequese.

Caberia à Igreja fortalecer o mecanismo da leitura pela pregação impressa de boletins paroquiais, impressos doutrinários, livros de devoção, leitura do catecismo, leitura do Evangelho, divulgação do horário e programa das funções paroquiais, livrinhos de missa, ou seja, todos meios de divulgação produzidos pela Igreja como forma de movimentação da instituição, de resgate dos valores cristãos católicos, legitimando, por meio desse mecanismo de fortalecimento, a presença da Igreja diante da sociedade brasileira. Mas, de que adianta difundir material impresso se a maioria dos católicos não sabe ler? Por isso, D. Leme apela para que em cada paróquia seja mantida uma escola.

Na sua *Carta Pastoral* D. Leme deixa claro que o seu principal objetivo era fazer emergir a educação, em especial a educação escolar, a qual, acompanhada de outros mecanismos de inculcação de idéias e valores, como a ação da família, seria de fundamental importância para a obra de restauração da Igreja. Considerando o ensino leigo um “absurdo”, D. Leme defende a presença da Igreja nas escolas do Estado. Para ele, a escola está sujeita aos direitos paternos, portanto o Estado não deve impor um ensino leigo ou irreligioso, que estaria contrariando a consciência e a vontade dos pais. Impor um ensino leigo é “clamorosa injustiça, porque obriga os pais a pagar imposto e contribuições para fins que eles detestam” (1916, p. 99).

D. Leme deixa clara a sua insatisfação diante do Estado e com o ensino leigo. Se a educação for o mecanismo maior para a Igreja resgatar a sua hegemonia, ela terá um papel fundamental no processo de recuperação da hegemonia. Por isso, D. Leme defende a presença do catecismo não somente no interior da paróquia, mas também nas escolas católicas e nas escolas públicas, baseado em princípios de fé e de virtude, ou seja, como uma maneira de educar, de instruir, a catequese será um método pedagógico, fortalecendo o pensamento religioso católico e agindo como um remédio contra o que D. Leme chama de “males do mundo moderno” (1916, p. 11).

Mas, o catecismo a que se refere D. Leme não é somente para as crianças e, sim, um catecismo para o povo, para os adultos, entre os quais cresce a ignorância religiosa, dificultando o exercício do compromisso social da Igreja. Por isso, o catecismo como *ação pedagógica* se converteria em uma cruzada santa, de cunho nacional, que resultaria em benefícios para a sociedade e aumentaria a influência religiosa da Igreja sobre a sociedade política.

Para Medeiros Lima, a *Carta Pastoral* de Dom Sebastião Leme é um verdadeiro chamado à renovação, um grito de alerta, primeiro passo no sentido do revigoreamento dos laços entre a Igreja e a vida política e social, de maneira participante. Para o mesmo autor, D. Leme conhecia como ninguém a Igreja católica brasileira e teve coragem de levar adiante suas propostas de renovação do aparelho eclesial, renovação necessária se a Igreja quisesse recuperar a hegemonia (1973, p. 21).

Para Antônio Carlos Villaça, “D. Leme teve simultaneamente uma vocação sacerdotal e uma vocação diplomática, que o aproximavam do mundo, do

convívio humano e até mesmo das praças públicas, pois era um grande tribuno, espontâneo, eminentemente popular. Foi sempre um mediador nato. Seu destino era a conciliação”, (1975, p. 86). Por isso, sua *Carta Pastoral* soou como um alerta e um anúncio para a Igreja: um alerta, porque ele expunha as mazelas do catolicismo brasileiro; anúncio, porque levantou propostas de ação no sentido de revitalizar o aparelho eclesial fragilizado por meio da ação educativa dos intelectuais católicos, como se verá no próximo capítulo desta dissertação.

4 A INTELLECTUALIDADE CATÓLICA À LUZ DO CONCEITO DE GUERRA DE POSIÇÃO DE ANTÔNIO GRAMSCI

As relações de produção do capitalismo agrário estavam sendo pouco a pouco alteradas ao longo do Segundo Império, refletindo-se na abolição da escravatura e na absorção do trabalho assalariado. Também o sistema político se modificava com a presença, agora, de uma nova camada social com pretensão de exercício de hegemonia, constituída de profissionais liberais, homens ligados ao comércio ou à exportação. Trata-se de uma fração da classe dominante. No entanto, essas transformações provocam uma crise na “hegemonia social”, como escreve Edgar Carone: “salvo as Câmaras Municipais, todas as instituições sociais se desestruturam com a proclamação da república” (CARONE, 1978, p. 148). Segundo Lorenzetti, (2000, p.3) essa crise tem uma dupla dimensão: por um lado, desmoronam as instituições estabelecidas pela formação social senhorial, com a função de promover a hegemonia social, com destaque para a Igreja Católica; por outro lado a nova fração da classe dominante não conta com formas ideológicas e aparelhos de hegemonia capazes de ganhar o consentimento das classes subalternas à sua dominação.

A Igreja católica que, desde o século XVI, dominava as relações sociais e procurava exercer influência sobre o imaginário popular, aliada ao Estado brasileiro como religião oficial, está enfraquecida no final do século XIX e sua ação político-religiosa não alcança as grandes massas nem a intelectualidade da elite agrária. O regime de padroado debilitava tanto a sua ação religiosa quanto a sua influência política. O padroado, um privilégio concedido aos reis de Portugal pelos papas, a partir da Bula *Cuncta Mundi*, de Nicolau V, de 08/01/1454, para exercerem a jurisdição espiritual nas terras descobertas, podendo instaurar dioceses, indicar bispos, sustentar o culto e dispor de tudo que dissesse respeito à difusão e à observação dos princípios cristãos, aliada ao “placet”⁶ faria se estabelecer nas relações da Igreja com o Estado um verdadeiro regalismo. Por isso, ao mesmo tempo em que os bispos ficaram surpresos quando foi promulgado o Decreto n.º 119 – A, de 07 de janeiro de 1890, e teimavam em não aceitar o inevitável, sentiam que,

⁶ Todas as instruções, encíclicas, pastorais, etc (...) originadas de Roma, somente vigorariam no Brasil após receber o “placet”, isto é, o consentimento do Imperador.

afinal, um peso lhes havia sido tirado dos ombros e das consciências, “um peso que nos abafava”, como dizem os Bispos na *Pastoral Coletiva*, de 1890.

Apoiados nas Encíclicas *Quanta Cura*, do Papa Pio IX e *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, reagem, agora positivamente, à separação e iniciam um duplo movimento de reação: em um primeiro momento, em direção às massas, procurando romanizá-las; depois, na direção da intelectualidade católica, na tentativa de trazê-la de volta ao seio da Igreja para servir-se dela na sua luta de recuperação da hegemonia abalada e da restauração do aparelho eclesiástico.

Se o padre Julio Maria foi um verdadeiro intérprete e oráculo da ortodoxia católica no final do século XIX e início do século XX, encetando campanhas de divulgação do pensamento católico e de chamamento à Santa Madre Igreja aos católicos de nome, mas não de prática e de ação, D. Sebastião Leme, a partir de 1916, desencadeará uma ação nacional, inicialmente a partir do nordeste (Recife), depois tendo como centro irradiador da dinamização da Igreja o Rio de Janeiro, no sentido de apressar a restauração. D. Leme irá centrar sua ação no chamamento dos intelectuais católicos. Para tanto, fundou no Rio de Janeiro, em 1921 e 1922, a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital, órgãos de difusão do pensamento católico e de preparação de intelectuais. De Jackson de Figueiredo a Alceu Amoroso Lima, Gustavo Capanema e Stela de Faro, entre outros, a investida de D. Leme por meio da intelectualidade católica para disseminar as idéias e princípios católicos e exercer influência política, foi significativa e expressiva. Trata-se de uma verdadeira “guerra de posição”, encetada por “intelectuais orgânicos”, como pudemos constatar pela análise e interpretação da correspondência trocada entre eles.

4.1 GUERRA DE ASSÉDIO OU GUERRA DE POSIÇÃO NA LUTA DA IGREJA PELA RESTAURAÇÃO

Antônio Gramsci, nos seus *Cadernos do Cárcere*, trabalha a categoria de “guerra de posição”. O intelectual italiano escreve o seguinte: “Pode-se dizer que a guerra de posição é o ponto de conexão entre a estratégia e a tática, seja em política, seja na arte militar” (GRAMSCI, 1975, p. 810).

Isso leva a refletir sobre a expressão filosófico-política de “guerra de posição” como sendo uma ação tomada no sentido de infiltrar-se nas trincheiras “inimigas”, a fim de exercer influência e materializar a estratégia de luta.

Ao mesmo tempo, pode-se dizer que os intelectuais aí infiltrados não somente traçariam e concretizariam a estratégia de participação no poder como também seriam elementos táticos na “manobra” de conquista de posições de importância na “fronteira”. A “fronteira” seria o local para onde estariam apontadas às armas de combate: “na guerra de posição se apontam e concentram as armas em um determinado ponto estratégico” (GRAMSCI, 1975, p. 1615). Essa é a tática. Dessa maneira, pode-se minar a posição “adversária” com o mínimo desperdício de energia, sem dispersar as ações.

Gramsci acredita que no estágio em que se encontrava o sistema capitalista, a “guerra de movimento” já não seria mais viável, pois a classe dominante tem a posse do aparelho repressor legal. Por isso, ele preconiza uma ação inteligente e sutil: a “guerra de posição”. Sutil e eficiente, pois “na guerra de posição se age silenciosamente” (GRAMSCI, 1975, p. 1615).

Ao se analisar a carta de D. Sebastião Leme, quando ainda estava em Olinda, em 1916, e as ações por ele empreendidas logo que se transferiu para o Rio de Janeiro, no início dos anos de 1920, fica bastante clara a estratégia assumida pelo Prelado católico, pois a chamada à intelectualidade da Igreja vem acompanhada de ações concretas com Jackson de Figueiredo e a criação da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital, órgãos respectivamente de ação estratégica e tática na luta pela restauração da força político-religiosa da Igreja, tendo como ponto de “conexão” os intelectuais já “formados” (Centro Dom Vital), exercendo a tarefa de difundir idéias, princípio e valores (*A Ordem*) e a serem entrincheirados em posições estratégicas na sociedade civil e, em particular, no aparelho de Estado. Eles desenvolveriam uma guerra de posição com a finalidade de realizar uma reforma intelectual e moral, capaz de colocar a Igreja no centro de difusão das concepções de mundo e do exercício do poder.

Com a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928, e sua substituição por Alceu Amoroso Lima no comando dos dois órgãos de ação estratégica e tática de luta pela restauração da Igreja, bem como com a presença de Francisco Campos e, depois, de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, D. Leme irá

colocar no campo de “batalha” os intelectuais católicos, a fim de que esses recrudesçam a “guerra de posição”, em especial nas áreas da educação e da saúde.

Essa “guerra de posição”, empreendida em particular por Dom Leme e Alceu Amoroso Lima, chega a ser em certos momentos uma “guerra de assédio” (GRAMSCI, 1975, p. 1802) ou, como se pode chamar, uma “*guerra de pressão*” em e sobre um órgão de grande importância política, que era o Ministério da Educação e Saúde. Estes intelectuais, sob as ordens e orientação de Dom Leme e Alceu, iriam assumir posições no aparelho de Estado onde poderiam exercer uma ação favorável às reivindicações da Igreja.

Entendem-se então os pedidos de nomeação de “intelectuais” em postos os mais diversos no Ministério da Educação e Saúde e no aparelho de governo. Por meio deles, a Igreja faria a sua “guerra de posição”. Eles, por sua vez, levariam a cabo a “guerra de assédio”, lutando em favor da concretização dos pleitos do Arcebispado. É claro que as armas estavam assentadas em determinado ponto, em particular, como deve ocorrer na “guerra de posição” (GRAMSCI, 1975, p. 1615): o Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Gustavo Capanema. Ali, os intelectuais orgânicos da Igreja “agiam silenciosamente”, mas eficazmente (GRAMSCI, 1975, p. 1668).

4.2 DOM LEME E OS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nas conferências episcopais de 1901, 1904, 1907 e 1911, a retomada do poder político-religioso e, de maneira especial, a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas, estiveram no centro da preocupação e dos debates dos prelados católicos. Finalmente, em 1915, a *Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, Cuyabá e Porto Alegre* não somente irá sintetizar o resultado das decisões das Conferências anteriores como também estabelecerá as linhas de ação da Igreja, que servirão de orientação para o processo de “restauração” da hegemonia político-religiosa da Igreja católica no Brasil. Trata-se de um documento que irá funcionar como constituição eclesiástica e como guia pastoral da Igreja até o momento em que

as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, de 1963, começassem a ser aplicadas. Tem como tema central: a missão principal do clero católico é

guardar em sua integridade a fé professada pela Igreja Católica Apostólica Romana, fora da qual é impossível alcançar a salvação eterna, e esta depende da misericórdia divina por um lado, e da atitude do indivíduo, por outro lado. Trata-se de uma doutrina nova para o catolicismo brasileiro, universalista. A novidade trazida pela romanização é de difundir essa doutrina de modo sistemático e eficaz por meio da catequese escolar, associações, das diversas formas de pregação e da utilização do braço culto leigo da Igreja (MESQUIDA & LORENZETTI, 2000, p. 60).

A missão da Igreja de ensinar Ihe foi dada por Jesus Cristo. Trata-se, portanto, de uma missão divina, por isso não pode ser negada por nenhum ser humano (PASTORAL COLETIVA DOS SENHORES ARCEBISPOS. 1915 p.110), e como a formação das crianças e dos jovens é feita na escola,

a Igreja Católica, por sua instituição divina, tem o direito inalienável e independente de todo o poder humano, não só de erigir, fundar e organizar escolas para formar e educar cristianamente a infância e a juventude, segundo os princípios e preceitos do Evangelho, mas também de exigir que, em quaisquer escolas, a formação e educação da juventude católica se sujeite à sua jurisdição, e que, em nenhuma matéria ou disciplina, se ensine coisa alguma contrária à religião e à moral (P.C. dos Senhores Arcebispos, 1915,p.112).

Por isso, a Igreja deveria empreender uma “cruzada” em favor da fundação de escolas católicas e do ensino religioso nas escolas públicas. Mas, para isso, era fundamental que a Igreja tivesse professores capacitados e, ainda, intelectuais orgânicos nos quais a instituição eclesial pudesse depositar confiança. Esses intelectuais seriam formados no seio da Igreja e agiriam não somente como docentes, mas como pontas de lança da fé católica e dos anseios da hierarquia da Igreja nos diversos setores da sociedade civil e da sociedade política.

D. Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda (nascido no Espírito Santo do Pombal, Estado de São Paulo, em 20/01/1882), resolveu mostrar, por meio de uma *Carta Pastoral*, a situação em que se encontrava a Igreja Católica no Brasil e quais os caminhos a seguir para que ela restaurasse a força política e religiosa (*Carta Pastoral* de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando os seus diocesanos, 1916). A rigor, D. Leme constatará que, apesar do Brasil ser uma nação católica, a Igreja católica não exerce o poder que

deveria exercer sobre a sociedade política e sobre a sociedade civil. Ele atribui, de início, essa falta da presença militante católica a ignorância do povo católico e à inoperância dos intelectuais católicos. Dessa maneira, D. Leme faz uma constatação que prenuncia o caminho que a Igreja deveria tomar se quisesse restaurar a sua força política e religiosa, pois o Arcebispo acredita que o *divini magisteri* da Igreja não se limitaria à educação propriamente dita, mas iria além, alcançando a ação político-pedagógica:

Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os nossos princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a Lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da Autoridade. Leigas são as nossas escolas, leigo o Ensino. Na força armada da República, não se cuida de Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública...Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e tôdas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo? Somos uma força que não atua, e não influi, uma força inerte (LEME, 1916, p. 4 -7).

D. Leme via os católicos como uma força inoperante e isso impedia a Igreja de exercer influência política sobre o aparelho de Estado e político-religiosa sobre a sociedade civil. Mais ainda: a Igreja católica não difundia princípios, idéias, valores capazes de alcançar a sociedade e influenciar o pensamento da nação, a cultura, as leis, as decisões políticas. Afinal, “não cultivamos hábitos de propaganda” (LEME, 1916.p. 79). Um pouco mais adiante D. Leme se refere aos católicos dos Estados Unidos, da Alemanha, da Inglaterra, países onde são minoria, mas têm capelães no exército, ótimas universidades, escolas subvencionadas, ligas operárias, eleitorado consciente: “não agitamos, não movemos, não agimos...somos uma maioria asfixiada. O Brasil que aparece, o Brasil-Nação, êsse não é nosso. É da minoria” (LEME, 1916, p. 16-17).

Acredita D. Leme que os intelectuais brasileiros são indiferentes ao catolicismo quando não verdadeiros adversários das doutrinas da Igreja:

São ‘cientistas, filósofos, caçadores da razão última, perscrutadores das causas’, disse alguém, mas bem singulares investigadores são êsses que, chumbando-se à aparência das cousas, renitem em não remontar à Causa Suprema, última explicação dos fenômenos do Cosmos. São historiadores, caminhantes da estrada magna dos séculos, mas fecham os olhos diante do fato cristão, fato vinte vezes secular, que é o nervo da História. São jurisconsultos, mestres da Ciência da Justiça e do Direito, mas voltam às costas a essa grande instituição que, para semear no mundo a Justiça,

desvendou o Direito Natural e, ditando um Direito Novo, foi o berço da jurisprudência moderna, como é o sustentáculo da Lei e a arca da salvação no naufrágio da Justiça... Têm olhos de ver e não vêem; têm ouvidos e não ouvem. Ignoram a Religião Católica (LEME, 1916, p. 25-26).

E, os intelectuais católicos, onde estão, o que fazem? Eles seriam o braço culto da Igreja, buscando cristianizar a ciência, os cientistas, a justiça, as leis, a política! Mas, infelizmente,

conhecimentos religiosos, precisos, claros, fundamentados, em geral não os têm. Quer São Paulo que a fé seja um *rationabile obsequium*. Devemos possuir as razões da nossa fé” (p. 42), mas os intelectuais da Igreja estão inertes, dormindo em berço esplêndido à margem de uma Igreja que, pela sua indolência, eles faziam adormecer originando conseqüentemente o advento de “um catolicismo dorminhoco (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 414).

Por isso, apela: “formemos uma legião que combata: quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever, que escreva; quem não fala e nem escreve, que divulgue escritos de outros” (Ibidem, p. 92). Essa legião de combatentes, bem preparada, deveria ser distribuída em diversos lugares da “fronteira” de luta da Igreja, ela iria atuar, em particular, no Ministério da Educação e Saúde, seja na docência, seja em funções administrativas, seja em órgãos ligados àquele Ministério, como a Comissão Nacional de Proteção à Família.

Os intelectuais leigos, atuando em postos importantes do aparelho de Estado, iriam facilitar a restauração e difundir pela sociedade os princípios cristãos.

Para estimular e reunir os intelectuais sob a proteção da Igreja, D. Leme realizava uma **Páscoa dos Intelectuais**, celebrada com pompa na Catedral Metropolitana, de maneira a fazê-los sentirem-se irmanados por uma corrente de fé e determinação. A presença do Arcebispo, celebrante oficial da missa e responsável pela pregação, conferia ao evento o tom solene necessário e o desejo de levar avante a missão para a qual o próprio Cristo, pela boca do Prelado, chamara aqueles que representavam o braço culto da Igreja:

“a comunhão era dada por Dom Leme, pois todos queriam recebê-la das suas mãos...Era tão forte a onda de fé, que parecia erguer consigo os próprios corpos e libertá-los...Pequeno prodígio de unidade fraterna que só a caridade de Cristo e de sua Igreja pode realizar”. (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 187-188).

No entanto, não se tratava somente de chamar os intelectuais e reuni-los, mas conservá-los no seio da Igreja, fermentando a fé e alimentando o sentido da “missão”. Por isso, D. Leme redigiu uma “**oração dos intelectuais**”. Acredita Laurita Raja Gabaglia (Irmã Maria Regina do Santo Rosário) que esta oração, antes de ser composta *para* os intelectuais, D. Leme a tenha rezado *em favor* dos intelectuais:

... dignai-vos, Senhor, de acolher benignamente a homenagem pobre que vos rende a nossa inteligência. Não a recuseis, Senhor, porque é sincera, consciente e desassombrada. Cremos firmemente nas verdades por vós reveladas, e aceitamos com amor o *magistério* infalível da Santa Igreja Católica Apostólica Romana. Nós temos fé, Senhor, mas aumentai a nossa fé! Lançai um olhar de clemência e misericórdia sobre os nossos intelectuais...Vós que sois a sabedoria inciada, pai e doador de todas as luzes, iluminai-os, para que tenham a visão da verdade e coragem para confessá-la...Que não tarde, Deus de amor, que não tarde a *restauração* espiritual da inteligência brasileira...(SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 184-183).

4.3 DOM LEME, A INTELECTUALIDADE CATÓLICA E A TOMADA DE POSIÇÕES NA LUTA PELA RESTAURAÇÃO

Percebe-se que D. Leme dirige todo o seu esforço intelectual no sentido de criar dentro e para a Igreja uma camada de intelectuais que assegurassem o consenso não somente na sociedade civil, mas que também atuassem no aparelho de Estado, permitindo à Igreja ser o elemento de sedimentação de um novo bloco histórico. Isso porque, para Gramsci, “a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, originada de uma adesão orgânica, na qual sentimento-paixão se torne compreensão e saber (não mecanicamente, mas de modo vivo), cria o ‘bloco histórico’ (GRAMSCI, 1975, p.1505-1506).

Gramsci percebe, ainda, “o momento da hegemonia e do consenso como forma necessária do bloco histórico concreto” (GRAMSCI, 1975, p. 1235).

D. Leme percebeu na prática quanto é difícil criar uma camada de intelectuais que incorpore um projeto e passe não somente a elaborar a estratégia de ação, mas também desenvolva uma tática concreta de ação nas trincheiras “inimigas”, silenciosa, mas eficazmente. Trata-se de um processo longo e difícil para

os próprios intelectuais, como afirma Gramsci: “Este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e recuos, de fragmentação e reagrupamentos” (GRAMSCI, 1975, p. 1386).

Consciente disso, D. Leme terá a oportunidade de difundir suas idéias e de expandir concretamente sua ação quando é transferido para o Rio de Janeiro, indicado para suceder o Cardeal Arcoverde. Toma posse no dia 5 de agosto de 1921, na convicção de que “é vontade do Santo Padre que aceite” a indicação.

No Rio de Janeiro, enquanto Arcebispo-coadjutor, irá “usar agora, os processos de recristianização que aplicara na arquidiocese de Olinda e Recife”. Por isso,

nesse seu empenho de recristianizar um povo, D. Leme terá que canalizar, valorizando-as, as forças esparsas do apostolado católico leigo e – tarefa sumamente delicada – terá que promover a conquista para Deus dessas **classes dirigentes**, dessas **elites intelectuais** que **desempenham um papel decisivo na propagação das idéias** (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 135).

Infelizmente, os líderes intelectuais católicos no Rio de Janeiro eram, de um lado, tradicionais, “homens de outra geração, não falavam a linguagem dos novos tempos”, segundo Santo Rosário. Por outro lado, faltava à geração jovem que D. Leme encontrou na sede da Arquidiocese, “a combatividade e mesmo uma vocação decidida, por assim dizer irresistível, para a reconquista espiritual de seu meio, qualidade indispensável naquela hora crucial” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 174).

Por isso, o Arcebispo Coadjutor aguardava “as indicações da Providência” que não tardaram a chegar. Ainda em 1921, “a Providência enviou a D. Leme o homem que, nessa primeira fase da campanha, seria por excelência o seu instrumento na conversão da intelectualidade brasileira: Jackson de Figueiredo” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 174), convertido em 1918 ao catolicismo, depois de ter estudado em escola protestante e leiga, em Aracaju, sua cidade natal, e feito o curso superior em Maceió e em Salvador. Jackson será o braço estendido de D. Leme na criação de uma “camada de intelectuais” orgânicos da Igreja. Para realizar a missão, Jackson de Figueiredo precisará contar com órgãos que possibilitem a elaboração da estratégia a seguir e sejam, ainda, veículos de ação combativa. Por isso, ele funda, no Rio de Janeiro, a revista *A Ordem*, em 1921, e o Centro Dom Vital, em

1922. De acordo com Nara Göcks, “estes dois empreendimentos animados por Dom Leme e dirigidos por Jackson de Figueiredo tinham um único objetivo – atrair a intelectualidade leiga do país, e mobilizá-la para o serviço da Igreja” (GÖCKS, 1988, p. 54).

Ao escrever na revista *A Ordem*, em 1961, Tristão de Athayde dirá que esta revista, desde o seu programa inicial, “tem os olhos voltados para o ‘inimigo da Igreja’, de um lado, e para os ‘católicos’ que se encontram acomodados, de outro” (LIMA, 1961, p. 6). Estava criado o órgão que iria desenvolver a ação, o combate, a “guerra santa” contra os “ismos”, em especial o liberalismo, condenados pela Encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus*, de Pio IX, e se encarregaria de despertar aqueles intelectuais “dorminhocos”, acomodados, da Igreja. Mais ainda: a Ordem funcionaria como aquilo que Tristão de Athayde chamaria de “pressure group e que atua na base de um corpo de princípios” (LIMA, 1958, p. 32), à semelhança da futura LEC.

Em maio de 1922, Jackson fundou o Centro Dom Vital, o segundo órgão que refletiria a reação da Igreja, o órgão de estratégia. O Centro Dom Vital iria reunir semanalmente a intelectualidade da Igreja, com o objetivo de despertar a consciência católica adormecida e planejar o combate. Por isso, D. Leme dirá: “Muito recomendamos o Centro Dom Vital, obra destinada à penetração espiritual dos intelectuais, por meio de bibliotecas, publicações de livros, debates etc. A generosidade que dispensarmos a essa belíssima idéia frutificará em uma nova geração de intelectuais católicos” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 182). As reuniões promovidas pelo Centro lembravam pequenos círculos de cultura, nas quais eram debatidos os problemas que afetavam a vida da Igreja e esboçadas as soluções.

Outro órgão importante foi a Confederação Católica do Rio de Janeiro, fundada em 8 de dezembro de 1922. Nas suas *Instruções para a Organização e Funcionamento das Comissões Permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro*, diz D. Leme que a Confederação será um

instrumento de coordenação da ação católica em todas as suas modalidades, que tende a educar e formar as consciências dos católicos, de modo que, na sua vida privada e pública, possam agir sempre de conformidade com os princípios da Fé, e tende ainda a reunir para a Ação os esforços e a atividade de todos os nossos elementos aproveitáveis (LEME, *Instruções*, 1922, p. 85).

Para atingir esse objetivo, D. Leme dividiu a Confederação em duas grandes seções, as quais, por sua vez, dividiram-se em diversas comissões (defesa e preservação da fé, obras de piedade e culto, propaganda, caridade e assistência, escolas, obras sociais e operárias etc.): a Confederação Católica Masculina e a Confederação Católica Feminina. Tinha como líderes, exercendo a função de secretários, dois “delegados” escolhidos a dedo por Dom Leme: Secretário Geral da Seção Masculina, Joaquim Henrique Mafra de Laet, advogado, católico praticante e futuro membro do Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro; e para a Secretaria Geral da Seção Feminina foi indicada Stela de Faro, que dirigiu esta seção até 1945.

A Revolução de 1930 que colocou Getúlio Vargas no poder marcou de forma indelével a relação da Igreja com a sociedade política. D. Leme queria exercer, por meio dos intelectuais orgânicos, uma ação firme e decisiva no sentido de influenciar o aparelho de Estado e, a partir dele, a sociedade civil, de modo a concretizar o processo de *restauração*. Da mesma maneira, o Estado precisava da Igreja como aliada, a fim de que essa, juntamente com outros aparelhos da sociedade civil, difundisse uma visão de mundo favorável ao governo. Isso porque a Igreja, “era, melhor do que qualquer partido político, um aparelho com alcance nacional, capaz de mobilizar a opinião pública em favor da Revolução” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 62). Assim, Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, solicita à Igreja “modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual”.

Em 1934, Gustavo Capanema, considerado homem forte da Igreja, assumiu o Ministério da Educação e Saúde, “encarregado de executar seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado, o Diretor da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital, Alceu de Amoroso Lima que viria a ser o principal conselheiro de Capanema” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 66).

4.4 ALCEU AMOROSO LIMA: UM INTELLECTUAL CATÓLICO NA TRINCHEIRA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Alceu Amoroso Lima era um católico ortodoxo e um intelectual brilhante. A sua pena era implacável quando se tratava de polemizar e de fazer

apologia das doutrinas da Igreja Católica. Na realidade, ele queria ver a Igreja voltar a ser o que, na sua visão, ela fora na Idade Média: capaz de levar o evangelho

aos novos reinos (bárbaros), infiltrando-se na sociedade e subindo até os tronos e as leis, de modo a que a nova ordem de coisas receba a lição que a mensagem eterna de Roma pode dar a todos os regimes e a todas as instituições” porque ela é “o próprio corpo místico da verdade...Tudo o que é verdadeiro é da Igreja” (LIMA, 1950, p. 73-74).

Alceu iria aproveitar a presença de seu amigo Capanema no Ministério da Educação e Saúde para desenvolver uma intensa “guerra de posição”, situando intelectuais leigos e clérigos da Igreja em postos-chave naquele Ministério. Esses intelectuais iriam atuar de modo a empreender uma “guerra de assédio”, com a finalidade de fazer com que a influência da Igreja se fizesse sobre a elaboração da legislação, de forma a colocar a denominação católica em posição de aparelho eclesiástico hegemônico no país.

Alceu não somente indicaria nomes para posições importantes como vetaria sutilmente outros que, a seu ver, não iriam colaborar para que a Igreja alcançasse seus objetivos.

Por isso, ele não chamaria um Jorge Amado para participar do “movimento da Ordem, pois ele, no seu ‘romance social’, ‘Capitães da Areia’, faz apologia da solução *revolucionária* para o problema social moderno, rejeita tanto a solução do *ódio*, que ele encarna num menino do bando de meninos abandonados que se faz cangaceiro, como a solução da *bondade* que ele encarna em outro que se faz frade e declara que só uma terceira solução importa: a da *luta*, entendendo como tal a luta comunista pela revolução social, num sentido anticristão” (LIMA, 1950, p. 90).

Em defesa de sua negação de um aproveitamento de Jorge Amado no Ministério da Educação e Saúde, Alceu eleva o grito da luta contra o comunismo. No entanto, ele justificou a indicação de católicos para postos no Ministério, quando escreveu o seu *Mensagem de Roma*, em homenagem às idéias de Pio XII:

A Igreja deve sair do campo estritamente religioso e ir ao campo social, participando da vida pública... incitamento claro à participação dos católicos na vida política, na vida social, na vida cultural, na vida pública, em suma”. Isso porque “o espírito cristão é acima de tudo um espírito de *presença*. (LIMA, 1950, p. 97).

Coerente com o seu pensamento e com o seu compromisso missionário, Alceu Amoroso Lima, líder da Liga Eleitoral Católica, a partir de 1935, irá discutir com Capanema a nomeação de Carlos Drummond de Andrade (nascido em Itabira do Mato Dentro, Minas Gerais, em 1902, portanto, conterrâneo de Capanema) para a chefia do Gabinete do Ministério. A correspondência de Alceu com Gustavo Capanema é densa e a maioria das cartas no período de 1934 a 1945, contém pedidos de nomeação (e vetos) de intelectuais católicos em posições nos diversos escalões do Ministério em todos os Estados da República, onde eles iriam exercer a influência de que a Igreja necessitava.

Dessa maneira, Alceu irá indicar nomes para as mais diversas funções no Ministério. Em telegrama de novembro de 1938, Alceu agradece a Capanema a nomeação da esposa de Herbert Fortes, assíduo freqüentador do Centro Dom Vital, em Salvador, e professor de filosofia do Colégio da Bahia, para inspetora de ensino na Bahia. Também pede ao Ministro, em carta de abril de 1939, para quando chegar a hora das nomeações para o Colégio Pedro II “não esquecer do professor Calil F. Assab, que tem dado excelentes provas de suas qualidades intelectuais e didáticas” (Alceu a Capanema, 1938).

Em carta de 1939, solicita a Capanema a nomeação de Carlos Chagas Filho para professor de Física Experimental na Universidade do Distrito Federal. Os pedidos de nomeações para os mais diversos setores do Ministério se multiplicam. Insiste com Capanema para que nomeie Vinícius de Moraes, primeiro como representante do Ministério na Comissão de Cinematografia (carta de 1936), depois para um cargo no próprio Ministério:

Continuo vivamente interessado em colocar três pessoas, cada uma das quais é um valor autêntico, tanto do ponto de vista intelectual como moral, dos melhores que temos no Brasil... Esses nomes são Murillo Mendes, Almir de Castro (futuro professor e vice-reitor da UnB) e Vinícius de Moraes, cada qual de mais valor (Carta de 1944).

Interessado em ter alguém de confiança representando as artes, sendo apoiado pelo Ministério, apresenta a Capanema, Di Cavalcanti, “um artista que, além de artista é meu amigo particular. E também como todo artista verdadeiro, muito pobre. Ora, você tem sido o mecenas oficial (e sincero) dos artistas brasileiros. Será-o também do nosso Di, admitindo para a Pinacoteca pública alguns de seus

quadros, que o Mário de Andrade poderia escolher em São Paulo” (Carta de Maio de 1943).

Sabendo a importância da educação para a difusão de idéias, valores e princípios, envia a Capanema uma lista de nomes, sob a nota de “Recomendação especial”:

Trata-se de “pessoas que recomendaria vivamente para qualquer cargo de responsabilidade em matéria pedagógica: Guilherme de Azevedo Ribeiro, latinista; J. A. de Souza Vianna, matemático, pedagogo; Everardo Backheuser, Presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação; Raul Leitão da Cunha, médico; Leonídio Ribeiro, medicina legal; Hamilton Moreira, pessoa de absoluta confiança; F. de Santiago Dantas, filosofia e sociologia; Henrique Hargreaves, matemática e português; Arthur Gaspar Vianna, pessoa de confiança; Wagner Antunes Dutra, meu secretário particular; Álvaro Vieira Pinto, médico, grande cultura, conhece inglês, alemão, francês, professor de filosofia e biologia, moral ótima, professor digno e paupérrimo” (Carta de setembro de 1938).

Finalmente, a lista não ficaria completa sem a inclusão da indicação, em 1936, de Mario Casassanta para a Diretoria Nacional de Educação: “pense bem nesse caso, se já não pensou, e faça esse gesto que tanto bem fará à causa da educação no Brasil” (Carta de setembro de 1936).

Afinal, Casassanta era amigo de Capanema, mineiro como ele, e companheiro de Francisco Campos na Reforma do ensino primário em Minas, em 1927. Assim como pleiteou a nomeação de Mario Casassanta para a Diretoria Nacional de Educação, foi terminantemente contrário à indicação de Fernando de Azevedo para aquele posto, respondendo a uma consulta que lhe fizera o Ministro, dizendo:

Nada tenho contra a pessoa do Dr. Azevedo, cuja inteligência e cujas qualidades técnicas muito admiro. Ele é hoje, porém, uma bandeira. Suas idéias são conhecidas, seu programa de educação é público e notório. Sua nomeação seria, por parte do governo, uma opção ou uma confusão. E tudo isso eu teria de dizer de público, em face da minha consciência e da certeza que tenho de que, no terreno da educação, é que se está *travando a grande batalha moderna de idéias* (Alceu a Capanema, 1935).

Conclui a carta colocando o debate em termo de “ou ele ou eu”:

Como prezo muito as posições definidas e já dei, há muito, a conhecer qual a minha atitude, em matéria pedagógica, não me seria possível continuar a trazer, ao Ministério da Educação, a pequena mas

desinteressada colaboração que até hoje lhe tenho dado, na obra grandiosa que você está empreendendo nesses domínios, caso se confirmasse essa nomeação, a meu ver errada e inoportuna. É de ponderar também que, qualquer que fosse minha resposta, a impressão causada por essa nomeação nos meios católicos seria a mesma de perplexidade e interrogação. Creia-me, meu caro Capanema, seu sempre fiel amigo (Carta de março de 1935).

Se a grande batalha moderna está sendo “travada” no campo “das idéias”, a presença da intelectualidade leiga católica em posições chave do Ministério da Educação é imprescindível. Por isso, Alceu não poupou esforços no sentido de “colocar” pessoas de “confiança” e que tenham comprovado serem fiéis “à nossa causa”, em particular aquelas que tenham passado pelos Centros Dom Vital, em postos nos quais e por meio dos quais elas poderiam atuar em favor da Igreja Católica.

Assim, a Igreja, por meio de Alceu, para defender seus interesses nos assuntos educacionais, estava constantemente atenta, pois a educação era um setor importante para exercer influência na formação de lideranças políticas. A Igreja foi, pouco a pouco, conseguindo “colocar” intelectuais clérigos e leigos na máquina burocrática e pedagógico-operacional do Ministério, seja em postos de assessoria, seja em postos de ação pedagógica. Por exemplo, intelectuais católicos, clérigos e leigos, estarão sempre presentes no Conselho Federal e nos Conselhos Estaduais de Educação. Mesmo para representar o Ministério em eventos, Alceu interfere sugerindo nomes, indicando que são dos “nossos”, como foi o caso da Conferência de Educação, de 1940:

Sobre a próxima Conferência de Educação, como sei que você vai designar alguns membros... desejo lembrar-lhe dois nomes dos ‘nossos’, que poderão **também** trabalhar muito pelos interesses gerais do ensino, dada a sua competência na área: Prof. Everardo Barkhauser e Padre Helder Câmara. São o Presidente e o assistente eclesiástico do Secretariado de Educação da Ação Católica Brasileira... Dessa maneira, os católicos estarão bem representados na Conferência (Carta de Alceu a Capanema, de 1939).

Além dos pedidos de “colocação” acima, muitos outros são encontrados na correspondência de Alceu Amoroso Lima, pesquisados no Arquivo Gustavo Capanema, acervo do Centro de Pesquisa Documental de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), mostrando que

intelectuais católicos estavam sendo “colocados” nos mais diversos setores do Ministério da Educação e Saúde.

A rigor, os pedidos de Alceu Amoroso Lima eram sistematicamente atendidos e recebiam pronta resposta, seja do Chefe de Gabinete do Ministério, Carlos Drummond de Andrade, seja do próprio Ministro, Gustavo Capanema, como se pode constatar pelos exemplos a seguir:

- Por telegrama, Carlos Drummond de Andrade, Chefe de Gabinete de Capanema, comunica a Alceu que “sua recomendada, viúva do professor Porto Carrero, foi nomeada para o cargo de auxiliar do Instituto Benjamim Constant (Telegrama de 14/07/1938)”.

- Capanema escreve para Alceu, dizendo que “foi autorizado contrato de seu recomendado, Wagner Antunes Dutra para funcionário da Faculdade Nacional de Filosofia” (Carta de 23/11/1939).

As evidências de que a ação de Alceu Amoroso Lima junto ao Ministério da Educação e Saúde tiveram êxito podem ser avaliadas tanto pelas palavras contidas em diversas cartas de Capanema enviadas a Alceu, como pelo sucesso que a Igreja teve em “cristianizar” a legislação, como nos diz Laurita Raja Gabaglia (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 52), graças à atuação de Amoroso Lima à frente da Liga Eleitoral Católica (1933), da Ação Católica (1935) e do Instituto Católico de Estudos Superiores. Dessa maneira, em 1979, quando Capanema era Senador da República, ao escrever a Alceu Amoroso Lima, ele o reconhece como *conselheiro* e amigo: “você foi sempre para mim não apenas Conselheiro nos momentos difíceis, mas também o amigo, o companheiro das horas de alegria e comprazimento” (Carta de 20/01/1979).

Na Constituição de 1934, a legislação fora “cristianizada”, pois Alceu Amoroso Lima e os intelectuais orgânicos da Igreja por ele “colocados” em postos-chave conseguiram o que a hierarquia da Igreja considerou uma vitória: inserir no elenco de artigos os pleitos que a Igreja chamava de “reivindicações mínimas”: a invocação a Deus no preâmbulo da Constituição; o direito de colaboração entre a Igreja e o Estado; a indissolubilidade do casamento; o ensino religioso facultativo, dentro dos horários escolares, nas escolas primárias, secundárias, profissionais e

normais; assistência religiosa facultativa às unidades militares, nas expedições de guerra, nas penitenciárias, hospitais e outros estabelecimentos oficiais; o reconhecimento do casamento religioso para efeitos civis; a assistência do Estado às famílias numerosas; o voto dos religiosos; o descanso dominical; a autorização para cemitérios religiosos; o serviço militar dos eclesiásticos prestado sob forma de assistência espiritual ou hospitalar; a pluralidade e liberdade dos sindicatos operários; a lei de garantia da ordem social contra as propagandas subversivas (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 318-319).

Em 1944, a Igreja já tinha alcançado praticamente tudo o que almejava, inclusive a fundação de uma Universidade para “atingir as elites”,

Diz Capanema a Alceu “Jesus Cristo é um general experiente em batalhas; não toma o território todo desde logo. Hoje foi o dia da invasão. Considerável parcela do terreno foi ocupada, e muitos pontos de importância. A inteira ocupação é questão de tempo e luta! (Carta do dia 24/06/1944), referindo-se ao sucesso que foi a celebração da Páscoa no Ministério da Educação e Saúde.

A rigor, Alceu Amoroso Lima foi um verdadeiro porta-voz da “intelligentsia” católica brasileira. “Não somente oráculo desta intelligentsia, mas também vocacionador de homens e mulheres para a ação de restauração da Igreja”(1962,p.320) ao “colocá-los(as)” nas trincheiras avançadas projetadas pela Igreja na sociedade civil e na sociedade política, para ali travarem a guerra de posição.

No entanto, como o Ministério não se resumia à educação, mas alcançava a área da saúde, pois era Ministério da Educação e Saúde, um outro braço de Alceu se estendia para alcançar essa área também importante.

4.5 STELLA DE FARO E ALCEU AMOROSO LIMA: A RESTAURAÇÃO CONCRETIZADA PELA EDUCAÇÃO?

Ao fundar a Confederação Católica, no Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1922, D. Leme, nas suas *Instruções* (Instruções para a Organização e Funcionamento das Comissões da Confederação Católica do Rio de Janeiro, 1923), afirma que a Confederação seria um

instrumento de coordenação da ação católica em todas as suas modalidades; a Confederação tende a *educar e formar as consciências dos católicos de modo que, na sua vida pública,* possam agir sempre de conformidade com os princípios da Fé, e tende ainda a reunir para a ação os esforços e a atividade de todos os nossos elementos aproveitáveis. Sem preocupação de chefes ou grupos, a Confederação pretende integrar no movimento católico todos os valores dispersos em pequeninos centros de ação – ou latentes no coração de muitos que vivem arredados de nossas organizações.

Portanto, para desempenhar as funções de liderança na Confederação, D. Leme irá fazer escolhas cautelosas. Por isso, nomeará para a Secretaria Geral da seção feminina a militante católica, Stella de Faro. Ao ser chamada ao palácio da Arquidiocese, no Rio de Janeiro, e ao lhe ser oferecida pelo próprio Arcebispo a chefia da seção feminina, Stela, à semelhança de Isaías (Is. 6), alegará dificuldades. Esquivando-se, dirá a D. Leme que estava com uma carga demasiada de trabalho. Retrucou-lhe o Arcebispo: “Não faz mal. Trabalham bem os que trabalham muito. Mais tarde, se a senhora quiser, poderá deixar algumas das outras atividades a que se consagra. Nosso Senhor a ajudará e tenho certeza de que tudo correrá bem” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 151).

Stella estará à frente da seção feminina da Confederação durante 22 anos e será a Presidente da Liga Feminina de Ação Católica, também conhecida como Liga das Senhoras Católicas, cujos estatutos foram por ela elaborados sob a supervisão de D. Leme. Na qualidade de líder das senhoras católicas, Stela de Faro escreveu diversos artigos para a revista *A Ordem* (Carta de Stella de Faro a Alceu, de 27 de janeiro de 1937), em particular sobre a situação da mulher, a pedido de Alceu, a quem ela tratava de “querido chefe” (Telegrama de Stella a Alceu, datado de 11/11/1942).

Colaboradora de Alceu, revisava projetos que tinham a ver com a participação da mulher na sociedade:

Com a mesma confiança e amizade com que o senhor me confiou os projetos, aí as sugestões que nos pareceram de utilidades. Peço-lhe que use ou não use delas, como se fossem coisa sua. Sempre pronta para uma colaboração que esteja ao meu alcance”. Stella de Faro. (Cartão datado de 08/1938).

Quando Alceu foi aos Estados Unidos, Stella de Faro assumiu a direção do braço feminino do Instituto Católico de Estudos Superiores, o Centro de Estudos e Ação Social (Telegrama de Stella para Alceu, de 11/12/1959). Indicada por Alceu foi

membro da Comissão Nacional de Proteção à Família, criada em novembro de 1939, tendo a seu lado Oliveira Viana, Ernani Reis, Levi Carneiro, Cândido Mota Filho, Domingues de Oliveira e Paulo Sá. Preocupou-se, na Comissão, em defender a posição da Igreja no sentido de que deveria ser elaborada uma Lei que desse “proteção moral e jurídica à família”. Ao mesmo tempo, esteve sempre presente nas discussões sobre o voto feminino. A seção feminina da Confederação das Associações Católicas, liderada por Stella, e a Liga Feminina de Ação Católica não se furtaram em participar ativamente na difusão de um pensamento favorável ao voto feminino, importante para que a Igreja pudesse, com o voto das mulheres, elegerem candidatos que estivessem sincronizados com as suas “reivindicações mínimas”.

O Centro de Estudos e Ação Social, ligado à Associação das Senhoras Católicas Brasileiras, liderado por Stella de Faro e Mlle. Marsaud, além de promover cursos para a formação das mulheres (Carta de Stella a Alceu, de 12/12/1958), foi o responsável pela criação das primeiras escolas de Serviço Social, com a finalidade de preparar um laicato feminino militante e atuante, uma intelectualidade orgânica feminina.

Dessa maneira, o Centro irá fundar (Stella de Faro será a fundadora, em última instância) a Escola de Serviço Social de São Paulo (1936) e o Instituto Social, no Rio de Janeiro, na realidade, as primeiras escolas de serviço social do Brasil (1937), além do Instituto de Serviços, para rapazes, em São Paulo, em 1939, de acordo com informações dadas por Stella de Faro em uma carta a Alceu, enviada de Curitiba, quando ela visitou a irmã, em 13 de fevereiro de 1946.

As Escolas de Serviço Social, no seu início, intimamente ligadas à ação restauradora da Igreja, estarão preocupadas não somente em “formar” assistentes sociais, como hoje compreendemos a função de tais instituições, mas, em particular, em preparar pessoas para estreitar os laços familiares e dispensar cuidados às famílias mais pobres nos campos da higiene e da saúde. Assim, o Instituto Social do Rio de Janeiro, aceitará convite do governo do Espírito Santo para formar “um grupo de assistentes” (Carta de Stella a Alceu, de 12 de abril de 1952).

Em 1958, Stella de Faro escreveu a Alceu se regozijando pela formatura de 51 alunas do curso de “Especialização Rural, divididas em três categorias: Auxiliares Rurais, Educadoras Familiares Rurais e Professoras de Educação Familiar Rural”. Era a Igreja presente no meio rural, educando as

mulheres e preparando-as para exercerem funções de liderança em um ambiente que poderia ser alcançado pelas “ligas camponesas” (Carta de Stella a Alceu, de 12 de dezembro de 1958).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo dessa dissertação procurou-se elaborar um referencial teórico a partir das categorias gramscianas de hegemonia, bloco histórico, intelectuais e guerra de posição para, à luz desses conceitos, desenvolver uma análise interpretativa e crítica da bibliografia consultada sobre o tema, bem como das fontes documentais. No segundo capítulo, buscou-se, utilizando fontes documentais, resgatar o processo de restauração da hegemonia católica e, no terceiro capítulo, investigou-se o papel atribuído aos intelectuais católicos no processo de romanização e, em particular, de restauração do aparelho eclesiástico católico.

Dessa maneira, pode-se verificar que a perda da hegemonia católica se manifesta dentro de um contexto de crise das duas instituições, Igreja e Estado.

A Igreja, a partir da Crise Religiosa que agitou os meios eclesiásticos no final do Império, teve de se defrontar com a presença de um catolicismo paralelo, de cunho popular, que se manifestou principalmente nas massas rurais, mas também nos pequenos povoados do interior do país. Não contava com um clero preparado para resgatar a ortodoxia católica, nem com uma “camada de intelectuais” que elaborasse e difundisse o pensamento da Igreja no meio urbano.

Com a República e a separação entre Estado/Igreja, ficou evidente a crise hegemônica da Igreja, pois o aparelho eclesiástico católico se encontrava fragilizado pelas lutas político-religiosas travadas com o Estado monárquico e pela presença do catolicismo “popular”, sincrético. Era de fundamental importância que o aparelho eclesiástico se fortalecesse para que o resgate da hegemonia religiosa e da participação efetiva da igreja no aparelho de Estado se efetivasse. Fazia-se mister, então uma aproximação da igreja, das massas populares e da elite, bem como do aparelho político.

Esta pesquisa procurou mostrar que essa aproximação ocorreu mediatizada pelos **Intelectuais** orgânicos da igreja, utilizando a educação como arma de “combate”.

A ação dos intelectuais católicos, em especial no Ministério da Educação e da Saúde, procurará alcançar a sociedade como um todo, “atacando-a” nos seus pontos mais vulneráveis, objetivando uma “reforma intelectual e moral”: a

educação, nos seus mais diversos níveis e das mais diversas formas, e a saúde, em particular por meio do serviço social. Isso porque, para D. Leme, o processo de restauração deveria ser impulsionado, seja pela instrução religiosa, seja pela educação formal, escolarizada. Portanto, para ele, a educação seria a base, atingindo todos os aspectos da vida, seja por meio dos intelectuais como líderes, alcançando a elite (Centro D. Vital), seja por meio dessas mesmas lideranças, elaborando material para a ação nas comunidades populares da igreja católica com o trabalho de catequese. Mais, ainda, D. Leme procurou fazer do professor um líder na sala de aula, atuando por meio do ensino religioso nas escolas públicas e católicas, confirmando as palavras de Gramsci quando esse diz que toda a relação de hegemonia é uma relação pedagógica. Para D. Leme, o contrário também seria verdadeiro: toda relação pedagógica deveria ser uma relação de hegemonia.

Portanto, a ação que se chamou de “Guerra de Posição” ou “guerra de assédio”, nesta dissertação, seguindo um referencial gramsciano, mostrou que a liderança maior da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil preparou grupos de intelectuais capazes de servirem de fortalezas da Igreja na sua luta em favor da “restauração”. Vale dizer, os intelectuais preparados, em especial, no Centro Dom Vital, deveriam ocupar postos avançados nas “trincheiras” da “guerra travada” no seio da sociedade civil e da sociedade política. Foram, assim, constituídos verdadeiros “grupos de pressão”, como dizia Alceu Amoroso Lima, de uma forma particular para atuar no Ministério da Educação e da Saúde e junto à Constituinte de 1934-35.

A pesquisa mostrou que a revista *A Ordem* atuava como órgão tático, enquanto o Centro Dom Vital era uma entidade nitidamente estratégica. Além desses órgãos, outros, como A Confederação Católica, com suas duas seções, a masculina e a feminina, foi a mãe tanto da LEC quanto do Instituto Católico de Estudos Superiores, da Liga das Senhoras Católicas e do Instituto de Serviço Social, embrião das futuras escolas de serviço social.

Acredita-se que não esgotamos o tema, mas o referencial utilizado permitiu ler o acervo historiográfico e os documentos que se pesquisou com olhos inquiridores, percebendo, nas entrelinhas, elementos até agora pouco detectados da ação da igreja na sua “missão” de restaurar a hegemonia e de realizar a romanização, dando aos intelectuais um papel importante de elaboração e difusão do ideário católico e atribuindo à educação uma função ímpar na estratégia de

formar a elite e educar o povo nos princípios, nas idéias e na doutrina católica romana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, Thales de. **O Catolicismo no Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991.

AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil**: aspectos históricos. Petrópolis: Vozes, 1978.

BRUNEAU, Thomas. **O Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CARONE, Edgard. **A segunda república (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CASALI, ALÍPIO. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1995.

COSTA Macedo Antônio. **Alguns pontos da reforma na igreja do Brazil**. São Paulo: Loyola, Cadernos de História, 1982, v. 1.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira (católicos e liberais)**. São Paulo: Cortez, 1984.

FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira (1889-1930)**. São Paulo: DIFEL, 1977, v. 2. Tomo III.

GÖCKS, Nara. **Igreja católica e educação no Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em Educação, Piracicaba, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi Editori, 1975.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GONZALES, Horácio. **O que são intelectuais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, o sermão e a ordem do dia**. A educação no Brasil de 1930 a 1945. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

IGLESIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento de Jackson de Figueiredo. In: **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

JOLL, James. **As idéias de Gramsci**. São Paulo: Cultrix, 1977.

LEÃO XIII. **Encíclica Rerum Novarum**. São Paulo: Paulinas, 1965.

LEME, Sebastião. **Carta Pastoral ao Clero e aos Fiéis da Archidiocese de Olinda**. s/ref, s/d. (1916).

LIMA, Alceu Amoroso. **Mensagem de Roma**. Rio de Janeiro: Agir, 1950.

_____. Alceu Amoroso; LIMA, Cláudio Medeiros. **Memórias improvisadas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

LUSTOSA, O.F. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MESQUIDA, Peri; LORENZETTI, Altair. Crise do capitalismo agrário e solução católica no Paraná. **Revista Diálogo Educacional**, v. 1, n.1, jan/jun. 2000.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

MONTENEGRO, J. de Souza. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: D P&A, 2001.

OLIVEIRA, Pedro A. R. **Religião e dominação de classe**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PIO IX. **Encíclica Quanta Cura**. São Paulo: Paulinas, 1965.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 2000.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Manual de Filosofia**, v. 1, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

SILVA, José Carlos da. **Personagens que se destacaram: Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira s.1: [s.n] [19--] 14 f.**

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. São Paulo: Zahar, 1975.

FONTES DOCUMENTAIS

CARTA Pastoral do Episcopado Brasileiro. São Paulo: Typographia Jorge Seckler & Comp., 1890.

FARO, Stella de. **Carta para Alceu Amoroso Lima.** Rio de Janeiro, jan. 1937.

FARO, Stella de. **Carta para Alceu Amoroso Lima.** Rio de Janeiro 13 fev. 1946.

FARO, Stella de. **Carta para Alceu Amoroso Lima.** Rio de Janeiro 12 abr. 1952.

FARO, Stella de. **Carta para Alceu Amoroso Lima.** Rio de Janeiro 12 dez. 1958.

FARO, Stella de. **Cartão para Alceu Amoroso Lima.** Rio de Janeiro, agosto, 1938.

FARO, Stella de. **Telegrama para Alceu Amoroso Lima.** Rio de Janeiro, 27 jan. 1942.

FARO, Stella de. **Telegrama para Alceu Amoroso Lima.** Rio de Janeiro, 11 dez. 1959.

LIMA, Alceu Amoroso. **Carta para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, mar. de 1935.

LIMA, Alceu Amoroso. **Carta para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, 1936.

LIMA, Alceu Amoroso. **Carta para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, set. de 1938.

LIMA, Alceu Amoroso. **Carta para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, maio de 1939.

LIMA, Alceu Amoroso. **Carta para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, nov. 1939.

LIMA, Alceu Amoroso. **Carta para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, maio, 1943.

LIMA, Alceu Amoroso. **Carta para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, 1944.

LIMA, Alceu Amoroso. **Carta para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, junho, 1944.

LIMA, Alceu Amoroso. **Carta para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, jan. 1979.

LIMA, Alceu Amoroso. **Telegrama para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, 14 jul 1938.

LIMA, Alceu Amoroso. **Telegrama para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, nov./1938.

PASTORAL Coletiva dos Senhores Bispos e Arcebispos. Rio de Janeiro: Typographia Leuzineer, 1915.